



Presidência da República
Secretaria-Geral
Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

- ATA -

**3ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DE 2023 DO CONSELHO NACIONAL DE
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**

[Gestão 2023-2025]

Data: 13 e 14 de junho de 2023

Local: Auditório do Anexo I do Palácio do Planalto – Brasília/DF

1 **Abertura da 3ª Reunião Plenária Ordinária de 2023 do Conselho Nacional de Segurança**
2 **Alimentar e Nutricional (Consea).** A Sra. Elisabetta Recine, Presidenta do Consea,
3 confirmou que a Plenária apresentava quórum mínimo para iniciar os trabalhos e aprovar
4 propostas e deu continuidade à reunião fazendo a leitura da pauta prevista para os dias de
5 trabalho. **Pauta Proposta:** [13/06/2023] Boas-vindas e Mesa de Abertura; A centralidade da
6 Agricultura Familiar em uma política pública de abastecimento alimentar para erradicação
7 da fome com Comida de Verdade; Apresentação do Plano Safra da Agricultura Familiar
8 2023/2024; Resultados da Oficina do Consea sobre o Plano Safra da AF 2023/2024; Debate
9 em Plenária; Atos de solidariedade: Ao Movimento das Trabalhadoras Rurais Sem Terra e
10 outros movimentos sociais atingidos por processos de perseguição e criminalização
11 institucional; Aos Povos Indígenas na luta contra o Marco Temporal; Diretrizes para uma
12 Política Nacional de Abastecimento Alimentar garantidora do Direito Humano à
13 Alimentação Adequada (DHAA); Retrospectiva das reflexões e contribuições do Consea
14 sobre a Política Nacional de Abastecimento Alimentar; Apresentação do processo e dos
15 delineamentos da nova Política Nacional de Abastecimento Alimentar; Contribuições do
16 Abastecimento Alimentar Popular para uma Política Nacional de Abastecimento Alimentar;
17 Debate em Plenária; Reunião das Comissões Permanentes e da Comissão de Presidentes de
18 Conselhos Estaduais de SAN (CPCE); [14/06/2023] Sessão Plenária sobre o Plano Brasil Sem
19 Fome; Devolutiva sobre a Recomendação nº 01/2023/CONSEA sobre o Plano Brasil Sem
20 Fome; Apresentação da proposta do Plano Brasil Sem Fome (Eixo 1); Apresentação da
21 proposta do Plano Brasil Sem Fome (Eixo 2); Apresentação da proposta do Plano Brasil Sem
22 Fome (Eixo 3); Debate em Plenária; Reunião das Comissões Permanentes e da Comissão de
23 Presidentes de Conselhos Estaduais de SAN (CPCE); Informe da Presidência do Consea e
24 atualização sobre a 6ª Conferência Nacional de SAN; Apreciação e aprovação da Resolução
25 nº 03/2023/CONSEA – que convoca a 6ª CNSAN; Devolutiva das CPs e CPCE; Encerramento.
26 **Ponto de Pauta: Boas-vindas e Mesa de Abertura.** A Presidenta do Consea deu início à
27 Reunião com boas-vindas e destacou que, a partir desta Plenária, haveria participação das
28 organizações que se candidataram e foram aprovadas pela Plenária como observadores do
29 conselho. Foi reforçada que a ideia era que a presença dessas entidades observadoras
30 contribua e enriqueça ainda mais o diálogo. Em seguida, convidou para compor a Mesa o
31 Ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República (SG/PR), Sr. Márcio Macêdo; o
32 Ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), Sr. Paulo Teixeira; e o
33 Secretário Nacional de Economia Popular e Solidária do Ministério do Trabalho, Sr. Gilberto
34 Carvalho. A Sra. Elisabetta Recine leu trechos de um texto da jornalista Eliane Brum
35 publicado no dia 7 de novembro de 2022: *“O que podemos fazer? Como sociedade,*
36 *precisamos nos manter firmes na realidade. Ao divórcio da realidade é preciso responder*
37 *com mais realidade. E a realidade mais profunda é a própria vida. A melhor maneira de*
38 *combater o projeto de morte (...) será nos mantermos fiéis à vida. (...). Foi pelas brechas de*
39 *vida a que nos agarramos que fomos capazes de nos manter respirando. É hora de ampliar*
40 *essas brechas e convertê-las em horizonte. (...). Isso não significa de forma nenhuma ignorar*
41 *a realidade que representam. Significa que precisamos nos mover não mais em relação a*
42 *eles, e sim em uma relação profunda com a vida. Precisamos ser. Não ser em contraposição*
43 *a eles, como fomos até agora, mas sendo na costura do presente que só é possível na*

44 *imaginação do presente. Nem falo mais do futuro, mas do presente, mesmo. Do aqui e*
45 *agora. Fazendo o que nos faz bem. Retomando a arte, a dança, a poesia, a educação*
46 *emancipadora, a espiritualidade, seja ela religiosa ou não, a alegria de conviver falando do*
47 *que nos dá alegria. Retomando o debate que nos amplia porque o outro não nos ameaça,*
48 *ao contrário: nos alarga. (...). É o que aprendi vivendo na floresta e observando os povos-*
49 *floresta, se a floresta existe apesar de todos os ataques, é porque ela vive ferozmente. Onde*
50 *há morte, alguma vida vai se sobrepor. Aquilo que seca até esturricar, na primeira chuva*
51 *desperta selvagemmente. O que morre é de imediato devorado para garantir a vida dos que*
52 *vivem. Há flores se abrindo nos lugares mais devastados, há animais semeando florestas o*
53 *tempo todo, há fungos se comunicando em vastas comunidades, árvores em conversas*
54 *ininterruptas. (...) A vida é sempre muito barulhenta, repleta de cheiro e movimentos. (...).*
55 *Quem vive quer viver. (...) O compromisso com a vida não é um ato que começa e acaba no*
56 *indivíduo. É um ato em que aquele que se entende como um descobre que só pode ser em*
57 *relação ao outro. O compromisso com a vida na esfera pública é lutar – juntas – para que*
58 *os famintos possam comer. O compromisso na esfera pública com a vida é lutar – juntas –*
59 *para que (...) todos os criminosos (...) sejam investigados, julgados e punidos, porque foi –*
60 *não só, mas muito – a impunidade dos criminosos (...) que gerou (...) o que estamos vivendo.*
61 *Lutar, para mim, é lutar como floresta. É ferozmente viver, me encantando com cada retalho*
62 *de vida e alargando cada brecha de vida. (...). Não temos um país para reconstruir, temos*
63 *um país para imaginar. Imaginação. Temos que imaginar um país sem racismo e temos que*
64 *imaginar um país sem fome. Temos que imaginar, principalmente, porque esta é a mudança*
65 *estrutural que determinará todas as outras, um planeta em que os centros sejam a vida e*
66 *não os mercados. Imaginar para libertar o presente de sua falta de futuro. (...) O que*
67 *precisamos agora, como dizem os movimentos sociais da floresta, não é desenvolvimento,*
68 *entendido como deixar de se envolver para servir ao mercado, mas envolvimento. Lutar*
69 *como floresta é justamente isso: se envolver radicalmente com a vida”. Após a leitura,*
70 *passou a palavra para o Ministro Márcio Macêdo, para a sua saudação. O Ministro Márcio*
71 *Macêdo deu boas-vindas, cumprimentou a Mesa e afirmou que o restabelecimento do*
72 *Consea na sua formação original ocorreu para dar o recado de que a democracia precisa ser*
73 *respeitada e que tem gente séria que dedicou a vida inteira à construção do combate à*
74 *fome no nosso país. Continuou dizendo que há várias mãos para enfrentar o problema da*
75 *fome e que eles tinham sonhado que não voltaria mais. Contudo, explicou o Ministro, as*
76 *políticas de proteção social e de atendimento ao cidadão brasileiro foram desmontadas e,*
77 *com isso, o Brasil retornou ao mapa da fome. Afirmou que a tarefa agora é retirar o Brasil*
78 *do mapa da fome de novo e poder fazer com que as políticas de governo, que estão sendo*
79 *remontadas pelo Presidente Lula, em debate com a sociedade brasileira, como ocorre no*
80 *Consea, possam se transformar em políticas de Estado, para que não voltemos a sofrer o*
81 *que vivemos nesses últimos quatro anos. Então, comentou que é motivo de muita alegria,*
82 *estar conjuntamente com a sociedade civil voltando a escrever um capítulo importante da*
83 *história do Brasil. Reforçou que estão passando por um processo de reconstrução das*
84 *instituições políticas do Brasil e destacou o que foi feito nesses 150 dias do Governo do*
85 *Presidente Lula, como a retomada de todas as políticas de proteção do cidadão e as políticas*
86 *de fortalecimento do Estado Democrático de Direito. O Ministro pontuou que é necessário*

87 dar passos mais largos para o desenvolvimento do país, e conta com a parceira do Consea,
88 MDA, MDS e a mobilização da sociedade para que seja possível. Aponta que há um grande
89 desafio para a realização da 6ª Conferência, que é prioridade para o Presidente Lula, e
90 colocou que o Plano Brasil Sem Fome tem sido muito debatido nos estados e posto também
91 como prioridade. Além disso, disse que foi feito um grande esforço para que o PPA fosse
92 para as ruas, e que o Presidente Lula deu posse ao Conselho de Participação Social, onde
93 apresentou os grandes eixos do planejamento participativo. Aproveitou o momento e
94 convidou a Presidenta Elisabetta Recine para dialogar com o MDS, com a Caixa Econômica
95 e com o Banco do Brasil, e garantiu que a Conferência irá acontecer e fechou sua fala
96 parabenizando o Consea pelo trabalho que tem sido feito. A Presidenta do Consea deu
97 seguimento ao evento e agradeceu ao Ministro por ter citado o orçamento da Conferência.
98 O Ministro tratou esse assunto como um pequeno detalhe que será resolvido. Assim, a
99 Presidenta agradeceu e passou a palavra para o Secretário Gilberto Carvalho. O Secretário
100 agradeceu a oportunidade de estar presente e demonstrou alegria em ver a Plenária cheia
101 novamente. Posteriormente, trouxe os diferentes sentimentos que esses 6 meses de
102 Governo Lula têm trazido: de um lado a alegria e o alívio da sociedade devido a retomada
103 de movimentos importantes; de outro, a dura realidade das dificuldades frente ao
104 Congresso Nacional, com a realidade da “máquina quebrada”. Aproveitou para pontuar 3
105 questões sociais importantes: os moradores de rua; o papel dos catadores, que apesar dos
106 avanços das cooperativas, estão passando por situações difíceis devido a diminuição do
107 preço dos materiais recicláveis; e, por fim, a questão dos aplicativos, em que a cada
108 renovação tecnológica, ao invés de trazer igualdade e conforto, permite a sobretaxa de
109 exploração. Reforça que, para ocorrer o avanço, é necessário que haja organização e
110 mobilização popular para lidar com o Congresso. Por fim, agradeceu e passou a palavra para
111 a Presidenta dar seguimento. A Presidenta do Consea agradeceu a fala do Secretário e
112 informou que o Ministro Márcio Macêdo irá se retirar devido a outra agenda. Deu
113 seguimento à Plenária agradecendo a presença e passando a palavra para o Ministro do
114 MDA, Sr. Paulo Teixeira. O Ministro iniciou a fala agradecendo pelo convite para participar
115 da Plenária, cumprimentou a Mesa, os movimentos sociais, conselheiros, conselheiras e
116 presidentes dos Conseas estaduais. Ressaltou que a missão de tirar o Brasil do mapa da
117 fome é uma enorme tarefa, pois, ao mesmo tempo que o Brasil é um país muito grande,
118 com imensa área de produção agrícola, dispondo de várias tecnologias, é também um país
119 muito desigual. Apontou que parte da produção está associada à produção de alimentos do
120 Brasil e parte associada à exportação que ajuda a balança comercial brasileira, mas, por
121 outro lado, existe uma diminuição da produção de alimentos que resultou em dois
122 fenômenos: a volta do Brasil para o mapa da fome; e o avanço da obesidade em função do
123 consumo de ultraprocessados devido à diminuição de renda e ao encarecimento dos
124 alimentos. Pontuou que a tarefa do MDA é aumentar a produção de alimentos no Brasil,
125 recuperar a cultura alimentar, engajar todos os atores que estão envolvidos nessa função e
126 modernizar o campo. O Ministro aproveitou para recuperar as políticas que o Presidente
127 Lula aprovou nesses primeiros 6 meses de Governo, como a política de valorização do
128 salário mínimo e a correção do Bolsa Família. Pontuou também que o grande objetivo do
129 MDA para acabar com a fome e a miséria do país é aumentar a área plantada no Brasil e

130 estimular a produção de alimentos não só para exportação, mas para alimentar o povo.
131 Durante a fala, o Ministro abordou o lançamento do Plano Safra e citou os estímulos que o
132 Ministério está desenhando para aumentar a produção de alimentos no Brasil: estimular os
133 produtores de alimentos; estimular a agroecologia, a agricultura restaurativa e
134 regenerativa, as agroflorestas e toda forma de bioinsumo e bioagricultura; mecanizar a
135 agricultura familiar - estão sendo feitos acordos de cooperação com indústrias de máquinas
136 e universidades para adaptar as máquinas para a agricultura familiar -; estimular a
137 agricultura liderada por mulheres e jovens; e estimular a agroindústria. Outro ponto
138 levantado foi o de combate ao desperdício, em que é necessária uma ampla mobilização e
139 levar para as cidades as cozinhas comunitárias. Disse que será realizada uma reunião com
140 o Ministério de Minas e Energia, convocando as empresas de transmissão para tentar fazer
141 um convênio nacional para disponibilizar essas terras para cultivo de hortas urbanas
142 associadas junto com MDS a cozinhas comunitárias, e, além disso, convidar a Conab e todas
143 as Ceasas do Brasil para discutir a ampliação das áreas para agricultores familiares. Externou
144 que existe também o plano de proporcionar o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar
145 (CAF) para todas as comunidades de quilombo, populações tradicionais, agricultores e
146 ocupantes de terra de toda natureza, com o objetivo de ampliar a base do CAF e possibilitar
147 a venda dos produtos para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Por fim, o Ministro
148 se colocou à disposição do Consea para fortalecer a rede e atingir novamente o propósito
149 de proporcionar ao povo a soberania alimentar novamente. A Presidenta do Consea
150 agradeceu as palavras do Ministro e ponderou a importância de fazer com que as lideranças
151 e os movimentos sociais que surgiram durante o Governo passado tenham espaços
152 legítimos dentro da participação institucionalizada. **Ponto de Pauta: A centralidade da**
153 **Agricultura Familiar em uma política pública de abastecimento alimentar para**
154 **erradicação da fome com Comida de Verdade.** Então, a Sra. Elisabetta Recine retomou a
155 pauta da Plenária, convidou os membros da Mesa e passou a moderação da Mesa para a
156 Sra. Mazé, Representante da CONTAG, que iniciou a fala saudando a Mesa e a Plenária.
157 Ressaltou a importância que a Mesa de debate tem ao trazer a discussão sobre a
158 centralidade da agricultura familiar e a produção de alimentos, bem como a retomada do
159 Plano Safra. Após a apresentação, passou a palavra para a Sra. Fernanda Machiaveli,
160 Secretária-Executiva do MDA. A Sra. Fernanda Machiaveli deu início a sua fala retomando o
161 discurso do Ministro Paulo Teixeira, que apresentou os principais desafios que orientaram
162 a reconstrução do Plano Safra. Durante os primeiros semestres, foram realizadas várias
163 reuniões e a equipe recebeu as demandas dos movimentos sociais ligados à agricultura
164 familiar. Disse que o objetivo era lançar o maior Plano Safra voltado para a agricultura
165 familiar durante o mês de junho, com recursos e medidas mais abrangentes, que o plano
166 buscava realizar mudanças estruturais na organização da safra e na política agrícola, para
167 atender às necessidades da agricultura familiar. No momento, disse a Secretária-Executiva,
168 o Brasil possui três milhões e novecentos mil estabelecimentos rurais da agricultura
169 familiar, representando 77% do total; no entanto, essa modalidade agrícola ocupa apenas
170 23% da área destinada à agricultura no país. Apontou que havia 2,9 milhões de cadastros
171 ativos no CAF (Cadastro de Agricultores Familiares), com a emissão diária de 5 mil CAFs após
172 superar desafios anteriores relacionados ao cadastro. Além disso, apontou que estava

173 previsto o lançamento do CAF 3.0 até o final do ano, fruto da participação de diversas
174 organizações do campo. A Secretária-Executiva do MDA destacou que 44% dos agricultores
175 enquadrados no CAF não tinham acesso ao Bolsa Família, devido ao perfil de extrema
176 pobreza. A Sra. Fernanda Machiaveli abordou os desafios enfrentados pela agricultura
177 familiar, como a significativa queda no acesso ao crédito para a produção de alimentos, com
178 uma redução de 89% no acesso ao crédito para a produção de feijão e 62% para a produção
179 de arroz. Na exposição, a Secretária-Executiva destacou a relevância da inflação dos
180 alimentos, que contribui significativamente para a inflação geral, representando cerca de
181 43% em média ao longo de 13 meses. Apontou que a queda na produção de alimentos tem
182 contribuído para esse cenário de inflação. Além disso, mencionou a concentração do
183 crédito, que se agravou nos últimos anos, onde um contraste notável é observado entre as
184 regiões nordeste e sul do país. Exarou que, embora 47% dos agricultores familiares estejam
185 na região sul, apenas 40% do volume de recursos do Pronaf é direcionado para o nordeste,
186 que abriga 17% desses agricultores. Disse que isso resulta em um tíquete médio de
187 empréstimo muito menor na região nordeste, cerca de 8 mil reais, em comparação com os
188 57 mil reais na região sul. Para enfrentar esses desafios, disse que foi proposto
189 desconcentrar o crédito, direcionando mais recursos para a região nordeste, onde a
190 população é maior. Enfatizou a importância da mecanização da agricultura familiar, um
191 objetivo priorizado pelo Governo; embora tenham sido feitos avanços desde o lançamento
192 do programa "Mais Alimentos" em 2008, que aumentou a proporção de propriedades com
193 tratores de 12% para 18%, ainda há um longo caminho a percorrer, já que 82% dos
194 agricultores familiares ainda não têm acesso a máquinas modernas e continuam
195 dependendo de métodos tradicionais de cultivo. Na exposição, foi ressaltada a situação
196 precária da agricultura, que ainda depende de ferramentas básicas e carece de suporte
197 tecnológico. Colocou que isso resulta em um trabalho árduo no campo e na falta de
198 qualidade de vida para os agricultores. Disse que uma meta estabelecida para a safra é
199 melhorar essa condição por meio do acesso a maquinários e destacou a importância da
200 retomada do programa "Mais Alimentos", uma questão frequentemente mencionada pelo
201 Presidente Lula, que enfatiza a necessidade de proporcionar acesso a máquinas e
202 implementos agrícolas. Pontuou que o desafio inclui não apenas o crédito, mas também a
203 adaptação dos maquinários às diferentes regiões geográficas e culturas, atendendo as
204 necessidades da agricultura familiar. Apontou que as mulheres também desempenham um
205 papel significativo nesse contexto, expressando o desejo de ter equipamentos que possam
206 manusear e pilotar com facilidade; e, para avaliar a viabilidade desses equipamentos, estão
207 sendo realizados testes em colaboração com o consórcio nordeste, especialmente com o
208 estado do Rio Grande do Norte, liderados pelo Coordenador da câmara do consórcio do
209 nordeste da agricultura familiar, Sr. Alexandre Lima, em parceria com o Governo. Foi
210 mencionada uma ampla parceria envolvendo instituições como a Embrapa, o Ministério da
211 Ciência e Tecnologia, diversos bancos - como o Banco do Brasil -, universidades e outras
212 entidades. Destacou que essa colaboração resultará na primeira iniciativa do Conselho
213 Nacional do Desenvolvimento Industrial, que visa abordar a mecanização da produção
214 agrícola. Além disso, foi enfatizado o desafio da segurança alimentar, que não se limita
215 apenas ao acesso aos alimentos, mas também à qualidade dos alimentos, promovendo a

216 produção sustentável. Houve uma análise da participação dos assentamentos no controle
217 do desmatamento, buscando uma estabilidade nesse aspecto. Outra questão abordada foi
218 a recuperação ambiental, que inclui a promoção da agricultura agroecológica, da
219 bioeconomia e do uso sustentável dos recursos naturais em diferentes biomas, com foco
220 especial na Amazônia. Resumindo, os desafios prioritários para o Plano Safra incluem:
221 aumentar a participação da agricultura familiar na produção de alimentos, aumentar a
222 produção de alimentos, contribuir para a redução da inflação, melhorar a capacidade
223 produtiva da agricultura familiar através do acesso à maquinaria adequada, reverter o
224 desmatamento e promover a produção sustentável, além de equilibrar regionalmente as
225 ações. Também se destacou a importância de aumentar o acesso ao crédito rural para
226 mulheres, jovens e comunidades tradicionais. A Secretária-Executiva citou que há um
227 desafio relacionado à disponibilidade de recursos para o crédito rural, incluindo debates
228 com o Banco Central sobre a alocação desses recursos. Colocou que o projeto em
229 andamento visa anunciar um conjunto de medidas até o final do mês para disponibilizar um
230 volume significativo de recursos destinados à agricultura familiar. Entre as propostas
231 apresentadas estão a oferta de taxas de juros diferenciadas para a produção de alimentos,
232 a retomada do programa "Mais Alimentos", o aumento do limite de financiamento para
233 microcrédito - especialmente no Nordeste -, e a criação de linhas de crédito específicas para
234 mulheres. Outras iniciativas citadas incluem a descentralização regional do crédito com
235 limites mais elevados de financiamento, melhorias nas condições de financiamento para a
236 agroindústria e a criação de linhas específicas para jovens, indígenas, quilombolas,
237 produção sustentável, bioeconomia e transição agroecológica. Apontou que algumas
238 dessas linhas já existem e terão suas condições aprimoradas, enquanto outras serão criadas
239 para atender a públicos que não eram atendidos anteriormente. No que diz respeito ao
240 custeio e ao programa "Mais Alimentos", disse que está sendo proposta a criação de uma
241 taxa de juros diferenciada para a produção de alimentos. Apontou que a retomada do
242 programa "Mais Alimentos" também está prevista, com condições específicas para a
243 aquisição de máquinas agrícolas. Informou que o objetivo é ajustar as taxas de juros para
244 torná-las mais compatíveis com a atual inflação, uma vez que o esforço financeiro para
245 oferecer taxas de juros mais baixas é considerável. Em relação à inclusão produtiva, colocou
246 que estão sendo estabelecidas condições mais favoráveis para o microcrédito rural
247 destinado a agricultores de baixa renda. Acrescentou que o perfil de enquadramento será
248 ampliado, assim como o teto de financiamento, que atualmente está limitado a 6 mil reais;
249 e que estão em andamento esforços para incluir quilombolas e indígenas no Pronaf, um
250 programa que oferece as melhores condições para os beneficiários da reforma agrária.
251 Contudo, apontou que essa iniciativa aguarda aprovação por meio de resoluções do
252 Conselho Monetário, visando garantir acesso aos recursos para indígenas e quilombolas.
253 Disse que medidas específicas estão sendo desenvolvidas para atender a juventude rural,
254 em colaboração com organizações como MPA e MST, incluindo ajustes na linha do Pronaf
255 Jovem e o lançamento previsto de um novo programa nacional de crédito fundiário voltado
256 para jovens rurais, atendendo a uma demanda histórica por acesso à terra. No contexto da
257 agricultura de baixo carbono e da produção sustentável, frisou que a Ministra Marina Silva
258 tem liderado esforços para garantir medidas ambientalmente responsáveis nos Planos

259 Safra. Disse que diálogos intensivos com ministros relacionados têm buscado implementar
260 medidas específicas para a sustentabilidade ambiental, beneficiando a produção rural com
261 foco em biodiversidade. No que diz respeito à assistência técnica, pontuou que várias ações
262 estão sendo planejadas, incluindo o apoio à estruturação da rede pública de assistência
263 técnica em todo o Brasil e o fomento à agricultura agroecológica para a produção de
264 alimentos e a recuperação de biomas. Detalhou que essas iniciativas estão sendo
265 coordenadas pela Secretária Patrícia Vasconcelos e sua equipe no Pacto Nacional, e que
266 está previsto o envio da proposta para a criação de uma política chamada "Rede
267 Agroecológica" nas próximas semanas, com o objetivo de promover a agricultura
268 sustentável. Comentou que um dos desafios abordados é a questão dos mercados para a
269 agricultura familiar, que medidas provisórias e decretos já foram enviados, estabelecendo
270 que 30% de todas as compras institucionais do Governo Federal, como do exército, de
271 hospitais e de restaurantes universitários, devem ser direcionadas para a agricultura
272 familiar. Disse que isso gerou uma demanda institucional significativa para o Governo
273 Federal, junto com os programas PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE),
274 mobilizando quatro bilhões de reais em recursos potenciais para compras da agricultura
275 familiar. No entanto, disse que é necessário organizar a oferta e capacitar os órgãos públicos
276 para garantir que cumpram essa meta de compra da agricultura familiar. Apontou que há
277 um acordo de cooperação envolvendo os principais ministérios para impulsionar a compra
278 de produtos da agricultura familiar por parte dos diversos órgãos governamentais; e que
279 esse esforço está sendo realizado em parceria com a Secretaria de Abastecimento e a
280 Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Pecuária
281 e Abastecimento (SEAB), com o objetivo de fortalecer a presença dos produtos da
282 agricultura familiar nos mercados institucionais. Por fim, agradeceu e colocou o MDA à
283 disposição para futuras interações. A Sra. Mazé (CONTAG) agradeceu a fala da Secretária-
284 Executiva do MDS e passou a palavra para a Coordenadora da CP3, Sra. Vanessa Schottz,
285 que abordou o resultado da oficina do Consea sobre o Plano Safra da Agricultura Familiar
286 2023-2024. A Sra. Vanessa Schottz saudou a Mesa e destacou a importância da retomada
287 do Plano Safra e disse que um dos pontos destacados na oficina realizada pela CP3 foram
288 os quatro eixos que estruturam o Plano Safra, com foco na promoção de alimentos
289 saudáveis, transição agroecológica e sustentabilidade, inclusão de mulheres, jovens e povos
290 e comunidades tradicionais, e garantia de comida para aqueles que sofrem com a fome.
291 Expôs que esses eixos apontam para uma ampliação e redefinição da agenda de negociação,
292 priorizando a inclusão de diversos grupos sociais e a transição para uma agricultura mais
293 sustentável. No entanto, para que essas metas se concretizem, apontou que é fundamental
294 traduzir esses eixos estratégicos nos programas e políticas públicas. Ao longo dos anos de
295 implementação de políticas de soberania e segurança alimentar e nutricional, colocou que
296 a participação social e o conhecimento acumulado pela sociedade têm revelado que, muitas
297 vezes, problemas no desenho desses programas impedem que eles alcancem efetivamente
298 as pessoas que mais precisam e dificultam a efetivação dessas diretrizes nas políticas
299 públicas. Portanto, indicou que é uma preocupação compartilhada garantir que as políticas
300 públicas sejam bem delineadas para atender as necessidades reais da população. Outro
301 ponto relevante abordado na discussão é a necessidade de ampliar o foco das políticas além

302 do crédito fundiário, com ênfase no acesso ao território, sendo importante garantir um
303 escopo mais amplo que permita, por exemplo, condições efetivas para permanência e
304 produção nos territórios, bem como nos assentamentos e acampamentos da reforma
305 agrária. Embora o crédito seja relevante, pontuou que diversos movimentos sociais e redes
306 que participaram da oficina enfatizaram a importância do fomento para traduzir
307 efetivamente os eixos estratégicos do Plano Safra. Explicou que o fomento desempenha um
308 papel fundamental no apoio às mulheres, aos jovens e aos povos e comunidades
309 tradicionais, reconhecendo sua diversidade, conforme estabelecido no Decreto nº
310 6.040/2007. Foi destacada a importância de tornar o fomento um elemento estruturante
311 do Plano Safra, uma vez que há muitos segmentos que não conseguem acessar o Pronaf.
312 Além disso, disse que foi discutido na oficina a necessidade de o Plano Safra incluir ações
313 efetivas e políticas de fomento e proteção das sementes tradicionais, pois há uma grande
314 preocupação com o desaparecimento de variedades de sementes e a contaminação por
315 transgênicos, ressaltando a necessidade de garantir o direito de uso e preservação das
316 sementes crioulas pelas comunidades tradicionais. Apontou que foi observado que, em
317 relação às modalidades do PAA, como compra com doação simultânea, estoque de
318 sementes e compra direta, os recursos disponíveis ainda são limitados. Segundo
319 informações prestadas, foi destinada uma quantia de cerca de 500 milhões de reais, com a
320 maior parte dos recursos voltada para a compra institucional. Diante disso, a preocupação
321 levantada é que essas modalidades históricas do PAA desempenharam um papel
322 significativo no fortalecimento da produção e no acesso de diferentes segmentos do
323 campesinato, que muitas vezes não conseguiam acessar o Pronaf. Portanto, comentou que
324 é considerado importante fortalecer essas modalidades do PAA para promover a
325 conservação da agrobiodiversidade e atender as necessidades das comunidades agrícolas.
326 Segundo a Sra. Vanessa Schottz, outro ponto importante discutido na oficina referente ao
327 PAA foi a normativa legal recente que introduziu dispositivos importantes para abordar o
328 acesso de povos e comunidades tradicionais ao PAA e outros programas relacionados à
329 aquisição de alimentos, incluindo alternativas relacionadas ao Crédito de Alimentação
330 Escolar (CAE). Explicou que essa normativa atribui ao PAA a definição de instrumentos
331 específicos, abrindo um precedente significativo; sendo relevante destacar que, em 2009,
332 o PAA chegou a comercializar e movimentar mais de 400 tipos diferentes de alimentos,
333 principalmente por meio da modalidade de doação simultânea, desempenhando um papel
334 fundamental na promoção da agricultura familiar e na diversificação dos alimentos
335 disponíveis no mercado. Disse que outro aspecto fundamental que foi enfatizado na
336 discussão foi a questão do fomento aos quintais produtivos, que desempenha um papel
337 estratégico na ampliação da produção de alimentos saudáveis. É essencial pensar em
338 estratégias para possibilitar o financiamento de sistemas de produção diversificados e
339 garantir a formação daqueles que operam essa política na ponta, considerando as relações
340 com os bancos. Além disso, informou que a discussão destacou a importância do ATER e
341 sua articulação com o fomento, sendo fundamental considerar a lógica coletiva dos povos
342 e comunidades tradicionais, evitando a clivagem e promovendo ações coletivas no exercício
343 da ATER. Apontou que a relação entre ATER e fomento é essencial, pois muitas famílias e
344 comunidades não conseguem colocar em prática o que é construído por meio do ATER sem

345 o apoio do fomento. Destacou que a Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos
346 da Sociobiodiversidade (PGPMBIO) também foi abordada com entusiasmo, enfatizando a
347 importância de adotar uma metodologia que garanta preços justos e acesso
348 desburocratizado. Disse que a metodologia deve levar em consideração os aspectos
349 ambientais e sociais do trabalho dos agroextrativistas, permitindo a inclusão de mais
350 produtos de diversos biomas. Colocou que foi ressaltada a importância de articular o Plano
351 Safra com a questão do abastecimento, considerando as contribuições dos movimentos e
352 redes para garantir uma política alimentar eficaz e inclusiva. Segundo a Coordenadora da
353 CP3, outro tema que emergiu com grande relevância foram as normas sanitárias, onde se
354 destacou a necessidade de articular essas normas de forma a superar possíveis obstáculos.
355 Pontuou que foi ressaltado o avanço conquistado com a RDC nº 49, mas também a
356 importância de pensar no financiamento para estruturar as agroindústrias e adequar as
357 regulamentações sanitárias. Externou que o debate também se concentrou na relação entre
358 o CAF e a questão da terra, bem como na preocupação de desvincular o acesso ao CAF da
359 questão fundiária. Assim, apontou que a discussão levantou a necessidade de dialogar com
360 organizações ligadas a comunidades quilombolas e povos e comunidades tradicionais para
361 compreender as demandas relacionadas ao reconhecimento e ao acesso a políticas públicas
362 por meio do CAF. Explicou que a recomendação do Ministério Público Federal foi
363 mencionada como um importante guia nesse processo, e foi destacada a importância de
364 retomar a base de dados para obter informações precisas sobre o público que acessa o
365 PNAE, incluindo a porcentagem de povos tradicionais e indígenas. A Sra. Vanessa Schottz
366 finalizou a fala ressaltando que essas ações são fundamentais para desenvolver estratégias
367 eficazes no contexto do programa, passando a palavra para a Sra. Kota Mulangi,
368 Coordenadora da CP7. A Sra. Kota Mulangi saudou a Mesa e a Plenária e trouxe a reflexão
369 que surgiu na CP7 de explicitar quais são os povos e comunidades tradicionais que estão
370 sendo atingidos pelas políticas, a fim de romper com o racismo estrutural. Disse que é uma
371 questão importante estratificar esses povos e reconhecer, por exemplo, quando for falar
372 com os jovens, principalmente. A Coordenadora da CP7 pontuou a importância de estar na
373 Mesa do Consea, para lutar pelos direitos dos povos e comunidades tradicionais e pediu
374 que o as políticas públicas traduzam isso. Segundo a Sra. Kota Mulangi, na discussão sobre
375 as normas sanitárias, enfatizou-se como essas normas têm sido uma barreira significativa
376 para as comunidades tradicionais na prática. Apontou que, por vezes, a vigilância sanitária
377 é rigorosa e desconsidera o conhecimento tradicional, prejudicando as práticas alimentares
378 dessas comunidades. Colocou que também foi ressaltada a importância de ampliar a lista
379 de produtos reconhecidos pelo CAF para incluir mais itens da biodiversidade, como a
380 produção de carne de bode em comunidades quilombolas. Destacou que foi argumentado
381 que o CAF não deve ser restrito apenas a indígenas e quilombolas, mas deve abranger
382 outras comunidades tradicionais. Além disso, destacou-se a necessidade de abordar
383 questões relacionadas ao racismo e ao patriarcado como fatores que influenciam as
384 demandas das mulheres e da juventude. Apontou que a discussão também abordou a
385 questão da distribuição e do acesso aos mercados públicos, que têm sido privatizados em
386 várias partes do Brasil. A Coordenadora da CP7 pontuou que foi ressaltada a importância
387 desses mercados públicos como locais de acesso à alimentação saudável e comida de

388 verdade, especialmente para a população negra e nas áreas urbanas mais vulneráveis. A
389 Conselheira Vânia expressou sua identificação com a apresentação anterior, pois ela mesma
390 é uma mulher negra de uma comunidade tradicional do Candomblé. Destacou a
391 importância de reconhecer e valorizar as tradições culturais e alimentares das comunidades
392 tradicionais, como a produção de carne de bode. Enfatizou que a produção de carne de
393 bode é essencial para a agricultura familiar e que a presença de intermediários no processo
394 de venda pode reduzir a renda dos agricultores familiares. Ressaltou a complexidade do
395 Plano Safra e a necessidade de políticas articuladas para enfrentar os desafios. Enfatizou a
396 importância de investir na inclusão produtiva dos agricultores familiares e reduzir os juros
397 para a produção de alimentos, a fim de abordar questões relacionadas à fome e ao meio
398 ambiente. Concluiu dizendo que políticas coordenadas são essenciais para o sucesso do
399 Plano Safra. A Conselheira Débora parabenizou as falas anteriores e reforçou algumas
400 questões a partir da realidade na Bahia, como a preocupação com o CAF, que está excluindo
401 aqueles que mais precisam. Outro problema apontado foi a dificuldade de regularizar e
402 acessar terras devido à exigência de documentação, o que acaba excluindo as pessoas
403 necessitadas, precisando de readequação do sistema para um melhor atendimento. Na
404 Bahia, disse que há uma defasagem de 200 mil famílias que perderam o acesso ao sistema
405 por falta de documentação. Além disso, enfatizou a importância das normas sanitárias que
406 afetam não apenas a criação de animais, como galinhas e cabras, mas também o acesso ao
407 mercado. Apontou que a falta de infraestrutura para abate impede que esses produtos
408 cheguem ao mercado. Também destacou a importância do diálogo para melhorar o acesso
409 dos pequenos agricultores, cooperativas e associações às compras públicas. Por fim,
410 mencionou a necessidade de encontrar uma solução para as comunidades tradicionais na
411 Bahia, que precisam de atenção especial. O Sr. Jean Pierre, Presidente do Consea Estadual
412 do Rio Grande do Norte, destacou a questão da produção de energia eólica e solar, que está
413 causando a privatização e a concentração de terras, incluindo a estrangeirização das
414 mesmas. Pontuou que isso levanta preocupações sobre a disponibilidade de terra para a
415 agricultura familiar, que já está em declínio. Além disso, apontou que a instalação de
416 empresas de energia nessas áreas também está concentrando os recursos hídricos, o que
417 pode resultar em conflitos futuros relacionados à água para a produção de alimentos,
418 especialmente em regiões semiáridas. Também argumentou ser crucial considerar o
419 impacto da matriz energética na produção de alimentos e que o modelo de produção de
420 energia deve estar alinhado com as necessidades dos sistemas alimentares. Portanto, foi
421 enfatizada a importância de um diálogo sobre essas questões para garantir que a produção
422 de alimentos e a produção de energia estejam em harmonia. O Conselheiro Carlos
423 expressou dúvidas sobre como o Marco Temporal afetará o financiamento no âmbito do
424 Plano Safra para comunidades quilombolas e indígenas. Mencionou que o financiamento
425 atualmente é direcionado para áreas demarcadas e regularizadas junto ao órgão ambiental,
426 e também destacou a preocupação com a mudança do cadastro ambiental do Ministério do
427 Meio Ambiente para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Quis entender
428 como essa dinâmica afetará a inclusão de quilombolas e indígenas no Pronaf e como
429 resolver essa questão, considerando a restrição do Marco Temporal. O Conselheiro
430 Naidison Baptista expressou preocupação específica com o armazenamento e pré-

431 processamento de alimentos. No caso do Maranhão, disse que a safra ocorre apenas uma
432 vez por ano durante seis meses, o que torna difícil a venda e o armazenamento dos
433 produtos. Além disso, citou o exemplo de uma comunidade que produz tilápia, mas
434 enfrenta desafios em transportar o peixe até a creche, onde não há capacidade imediata
435 para processar o alimento no calor do Maranhão. Argumentou que é importante
436 desenvolver capacidades de armazenamento e pré-processamento de alimentos para lidar
437 com essas situações. Além disso, mencionou que as hortas urbanas são uma solução
438 interessante, pois permitem que as verduras sejam lavadas e oferecidas nos supermercados
439 já prontas, economizando mão de obra e proporcionando acesso mais rápido a alimentos
440 frescos para aqueles que não têm tempo para cozinhar. O Conselheiro Carlos ressaltou que
441 os catadores de materiais recicláveis enfrentam atualmente uma vulnerabilidade
442 semelhante à vivida há 10 ou 15 anos, devido aos preços instáveis dos materiais. Enfatizou
443 a importância da política de abastecimento, destacando que é fundamental que essa
444 política se torne uma política de estado. Reconheceu o papel crucial da economia solidária
445 na superação da pobreza, da miséria e da fome. Concluiu afirmando que a economia
446 solidária deve ser apoiada por políticas de abastecimento que fortaleçam o cooperativismo,
447 pois a distribuição de alimentos é essencial para o abastecimento e os empreendimentos
448 solidários podem desempenhar um papel primordial nesse processo. A Sra. Juliane
449 defendeu a ideia de que o Plano Safra deveria considerar a diversidade dos sistemas de
450 produção agroecológica, financiando por unidade de propriedade, ao invés de focar apenas
451 na safra anual. Ressaltou a importância de discutir não apenas o volume de recursos, mas
452 também o formato e a articulação das políticas públicas. Disse que fizeram com que as
453 instituições financeiras muitas vezes dificultassem o acesso às linhas de crédito específicas,
454 como o Pronaf Jovem, Pronaf Mulher e Pronaf Mais Alimentos. Argumentou que é
455 necessário criar mecanismos que incentivem as instituições financeiras a financiar essas
456 linhas de crédito. Apontou que os participantes também destacaram a burocracia existente
457 nos procedimentos relacionados ao PAA, ao Programa Nacional de Alimentação Escolar
458 (PNAE) e às compras institucionais. Enfatizou a importância de ajustar os formatos dos
459 convênios para facilitar a implementação dessas políticas. Por fim, um participante
460 enfatizou a necessidade de articular o mercado institucional com o Pronaf e outras políticas,
461 como o Mais Alimentos. Revelou que muitos agricultores não têm acesso à informação
462 sobre as opções disponíveis e que a falta de assistência técnica dificulta a implementação
463 das ações. Ressaltou a importância da articulação para superar esses desafios. O Sr. Carlos
464 destacou a importância da presença de pessoas catadoras na 6ª Conferência Nacional,
465 ressaltando a relevância desse segmento. Em relação ao maquinário leve, um participante
466 expressou seu apoio à proposta, enfatizando a questão da compactação do solo, que é um
467 desafio significativo no semiárido. Também destacou a necessidade de orientação para a
468 operação do maquinário, especialmente no Nordeste, onde não há uma tradição forte
469 nesse sentido, tanto em relação aos tratores de pequena escala quanto à logística associada
470 a eles. Por fim, trouxe sua experiência com a Ceasa no Rio de Janeiro e enfatizou a
471 importância de uma carta de anuência não apenas pela Assistência Social, mas também
472 pelo Conselho, a fim de garantir uma colaboração eficaz na promoção de produtos
473 agroecológicos. O Sr. Manuel Santos fez uma sugestão em relação ao Plano Safra,

474 destacando a importância de incluir medidas que apoiem as feiras dos pequenos
475 agricultores da Agricultura Familiar. Ressaltou que essas feiras são essenciais como uma
476 contraposição às feiras do agronegócio. Enfatizou que essas feiras não se limitam à venda,
477 mas também promovem a troca de saberes e sementes, além de manter viva a produção
478 agrícola. O Sr. Manoel trouxe a proposta de adaptar o CAF aos pescadores, visto que esse
479 grupo não possui terras, como na agricultura familiar. Pontuou que em alguns casos é
480 necessário se passar por agricultor para poder ter direito ao CAF. Também enfatizou que é
481 muito comum a privatização dos locais de desembarque, por isso a importância de ter um
482 instrumento legal para os pescadores artesanais. O Sr. Manuel Antônio expressou sua
483 opinião sobre o Plano Safra e destacou a importância de incluir novas diretrizes, bem como
484 de fazer funcionar as políticas existentes. Deu exemplos de políticas que não estão
485 funcionando conforme o esperado, como a compra institucional de produtos da Agricultura
486 Familiar por órgãos públicos. Ressaltou a importância de políticas tendo mecanismos de
487 controle e avaliação para garantir sua eficácia. Também trouxe a necessidade de incluir
488 outros povos e comunidades tradicionais como beneficiários do Pronaf, observando que
489 alguns grupos não têm acesso adequado a esses programas devido a barreiras burocráticas.
490 A Sra. Fernanda Machiaveli retomou a palavra e abordou questões relacionadas ao acesso
491 à terra, crédito fundiário e inclusão produtiva. Apresentou a existência de planos e decretos
492 prontos para tratar da reforma agrária e destacou a importância de abordar essas questões
493 em eventos específicos. Além disso, enfatizou o papel fundamental do fomento na inclusão
494 produtiva, especialmente o fomento voltado para mulheres e jovens. Apontou que a
495 questão do acesso à terra foi ressaltada como uma prioridade, assim como a necessidade
496 de mobilizar recursos e estruturar os mercados produtivos. Enfatizou a importância de
497 trabalhar em parceria com a assistência técnica, sindicatos e organizações dos campos,
498 além de destacar a necessidade de mudar a atenção dos gerentes de bancos para promover
499 políticas mais inclusivas. Trouxe a questão dos maquinários agrícolas e destacou a
500 importância de um processo de construção participativa na escolha e adaptação dos
501 equipamentos. Disse que envolve a simplificação e desburocratização dos processos, bem
502 como a importância do CAF como ferramenta para identificar e atender a diversidade do
503 público da Agricultura Familiar. Colocou que a iniciativa de realização de mutirões para
504 emissão do CAF no Rio Grande do Norte foi mencionada como parte dos esforços para
505 simplificar e desburocratizar o processo. Fez um pedido para que o CAF fosse defendido,
506 pois ele é fundamental para identificar e planejar políticas para a agricultura familiar. Por
507 fim, falou sobre a necessidade de trabalhar de forma conjunta e destacou a importância de
508 compensar o Plano Safra, tornando-o mais adequado para culturas com diferentes tempos
509 e características. Enfatizou o desafio de garantir que as linhas de crédito destinadas à
510 agricultura familiar tenham prioridade nos bancos e garantiu que não vai esquecer das
511 questões sobre o bode. A Sra. Mazé agradeceu aos integrantes da Mesa pelas falas e
512 encerrou passando a palavra para a Presidenta Elisabetta Recine dar continuidade à
513 Plenária. Antes de iniciar a próxima Mesa, a Presidenta convidou o Sr. Dourado Tapeba,
514 Coordenador da CP6, para fazer uma pequena fala sobre o Marco Temporal. O Sr. Dourado
515 enfatizou que, do ponto de vista dos povos indígenas, o Marco Temporal não existe.
516 Enfatizou que a Constituição Federal não faz menção a um Marco Temporal, mas garante

517 os direitos dos povos indígenas, incluindo o direito à demarcação de terras e à preservação
518 cultural. O Coordenador da CP6 destacou que o atual Governo tem representantes
519 indígenas em cargos de destaque, como o Ministério dos Povos Indígenas e a Fundação
520 Nacional dos Povos Indígenas (Funai). Ressaltou que os indígenas estão demonstrando sua
521 capacidade de gerenciar seus próprios espaços e direitos. Também criticou a tentativa de
522 imposição do Marco Temporal pelos interesses do agronegócio. Por fim, enfatizou a
523 importância de manter a luta pelos direitos indígenas. Após a fala de Dourado, a Presidenta
524 fez a leitura de um texto escrito pela Sra. Sandra, que não pôde estar presente por
525 problemas de saúde: *“No Brasil nós temos um milhão de famílias assentadas, dessas, 400*
526 *mil fazem parte da base do MST com representação em 1200 municípios, com a*
527 *compreensão de que é preciso organizar a produção, e que o principal objetivo da reforma*
528 *agrária é a produção de alimentos saudáveis para combater a fome e há bastante abastecer*
529 *o mercado interno ele tem organizado aproximadamente 1900 associações 185*
530 *cooperativas mais de 130 agroindústrias organizadas em todo o Brasil está em processo de*
531 *organização de 17 cadeias produtivas, e produz 42 mil toneladas de arroz orgânico por ano,*
532 *aproximadamente 7,5 milhões de litros de leite por dia, produz mais de mil toneladas de*
533 *feijão, além da produção para auto sustento e para comercialização na feira Nacional da*
534 *reforma agrária que aconteceu recentemente em São Paulo. Foram expostos 1600 itens*
535 *produzidos nas áreas do MST desde o início da pandemia, por meio das campanhas de*
536 *solidariedade, o MST doou mais de 9 mil toneladas de alimentos e 2 milhões de marmitas*
537 *para pessoas e famílias inteiras em situação de fome e insegurança alimentar, em todas as*
538 *regiões do Brasil. Hoje o MST é alvo de uma CPI que tem o objetivo explícito de criminalizar*
539 *o movimento e enquanto Consea, nós queremos reconhecer a grande contribuição do MST*
540 *na preservação da Agrobiodiversidade e diversidade na preservação e multiplicação das*
541 *sementes crioulas e na construção cotidiana da soberania e segurança alimentar e*
542 *nutricional”*. **Ponto de Pauta: Diretrizes para uma Política Nacional de Abastecimento**
543 **Alimentar garantidora do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA)**. O Sr.
544 Anderson Amaro (Movimento de Pequenos Agricultores) argumentou que a abordagem
545 correta é considerar o abastecimento como um conjunto diversificado de atividades que
546 envolvem a produção, acesso e consumo de alimentos, com a participação de diversos
547 atores. Afirmou que uma política de abastecimento baseada na soberania, segurança
548 alimentar e direito à alimentação deve promover tanto o acesso a alimentos saudáveis
549 como a produção de alimentos provenientes da agricultura familiar diversificada e
550 ecológica. Destacou a integração nacional dos mercados. No entanto, ressaltou que uma
551 política de abastecimento deve prestar atenção especial à redistribuição espacial da
552 produção de alimentos. Considerou que o grande desafio é enfrentar a fome com alimentos
553 de verdade e que, portanto, isso implica em conectar o combate à fome com a
554 disponibilidade desses alimentos, através da articulação entre transferência de renda e
555 políticas públicas. Além disso, ao longo dos anos, apontou que houve um grande número
556 de iniciativas da sociedade civil, envolvendo agricultores, consumidores e outros,
557 relacionadas ao abastecimento. No entanto, disse que essas iniciativas são altamente
558 fragmentadas e carecem de apoio público e, deste modo, uma política de abastecimento
559 eficaz deve mapear essas iniciativas e fornecer o apoio necessário. No que diz respeito aos

560 temas de produção, cadeias de suprimentos, circuitos de distribuição e territorialidade,
561 enfatizou a importância de considerar a distribuição espacial da produção de alimentos no
562 Brasil. Trouxe também a importância de articular os programas existentes, como Pronaf,
563 PNAE e PAA com uma ótica de abastecimento. Destacou a importância de potencializar os
564 agricultores para eles poderem participar das feiras e participar do mercado privado e
565 acredita que isso é um nó que tem que ser desatado; e que o Brasil carece de uma boa
566 análise da Matriz de preço dos alimentos. Do ponto de vista do convidado, a esfera principal
567 das ações de abastecimento é a local, especialmente as ações realizadas pelos municípios.
568 No entanto, observou que essas iniciativas locais não podem prosperar por conta própria.
569 Mesmo que existam casos bem-sucedidos de abastecimento promovidos por municípios,
570 enfatizou que essas iniciativas precisam de apoio federal para funcionar de maneira eficaz.
571 Isso inclui capacitação, recursos financeiros e um certo grau de articulação entre as
572 diferentes esferas do Governo. Disse que vê como uma questão de chamar a rede de
573 gestores de abastecimento municipais, capacitá-los e fornecer o apoio necessário. O Sr.
574 Silvio Porto (Diretor de Política Agrícola e Informações da Conab/MDA) começou
575 destacando a importância de considerar tanto a produção quanto o consumo ao discutir o
576 abastecimento. Concentrou-se na perspectiva do consumo, mencionando que a saúde e o
577 atendimento universal à população brasileira, especialmente àqueles com renda de até dois
578 salários mínimos, são desafios essenciais. Além disso, enfatizou a necessidade de abordar
579 questões relacionadas à concentração produtiva, à distribuição de alimentos, à
580 padronização do consumo em grandes redes de supermercados e aos problemas causados
581 pelo alto consumo de produtos ultraprocessados. Argumentou que esses elementos são
582 fundamentais para uma discussão sobre uma Política Nacional de Abastecimento. O
583 Secretário reforçou que é importante prestar atenção no contexto do abastecimento
584 interno, para a produção de alimentos saudáveis, comida de verdade, agroecológica, onde
585 a agricultura familiar camponesa e povos e comunidades tradicionais, povos indígenas são
586 a base dessa diversidade e são a base e a riqueza da nossa alimentação. Disse que é
587 fundamental que haja, nesse processo de construção da Política, uma articulação para além
588 do MDA, incluindo o Ministério da Agricultura, o Ministério da Saúde, o Ministério da
589 Educação, o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério dos Povos Indígenas e o Ministério
590 de Ciência, Tecnologia e Inovação. O Secretário reforçou o desafio dos dias atuais em que a
591 fome voltou, o desemprego, a economia informal e a baixa remuneração dos trabalhadores,
592 e com isso disse que é importante fazer com que alimentos de qualidade, sobretudo frescos
593 e in natura, cheguem e sejam incorporados ao hábito alimentar, ao dia a dia da cultura
594 alimentar e principalmente rompendo o grande problema, que é a questão do acesso pela
595 renda. O Secretário expressou uma preocupação em relação aos processos de diálogo que
596 visam estabelecer parcerias com as grandes redes de supermercados. Considerou um
597 equívoco, pois, embora possa haver oportunidades para a comercialização da Agricultura
598 Familiar dentro dessas redes, as ações dessas grandes redes que desestruturam as
599 economias regionais são mais amplas e prejudiciais. Portanto, argumentou que a regulação
600 deve ser muito mais abrangente do que apenas discutir o tamanho das lojas. O Sr. Anderson
601 Amaro (Movimento de Pequenos Agricultores) citou as diretrizes que estão guiando a
602 construção de estratégias para o enfrentamento do combate à fome: a primeira diretriz é

603 ter como base de desenvolvimento a realidade dos povos das águas e das florestas.
604 Apontou que é necessário não só o avanço na produção dos alimentos de verdade, da
605 comida de verdade, nos territórios dos agricultores familiares tradicionais, mas é preciso
606 avançar também na realidade dos povos das águas e das florestas também. Expôs que,
607 quando se pensa em política pública, não é levada em consideração a diversidade, que é a
608 realidade do Brasil, então é importante pensar na diversidade e na realidade de cada região
609 do país. Também disse ser necessário construir uma unidade de luta por territórios e pensar
610 nas mudanças climáticas, que é um elemento transversal cada vez mais presente na
611 realidade no povo brasileiro e que impacta diretamente os setores produtivos. Outro ponto
612 importante abordado é que o abastecimento popular deve ser calcado na agroecologia,
613 apontando que as outras diretrizes são as da economia da sociobiodiversidade, a pauta
614 antirracista e as questões que envolvem a saúde pública. Disse que outro ponto que tem
615 dialogado com estas diretrizes é a construção de uma rede popular de abastecimento e
616 acesso alimentar, mas para isso é necessário ter um olhar voltado para os equipamentos já
617 existentes, um olhar para a logística e ter a participação tanto de produtores quanto de
618 consumidores. A Presidenta do Consea agradeceu a fala dos convidados e passou as
619 instruções sobre as discussões das CPs, após isso, faz uma síntese do que foi discutido e
620 passou a palavra para o fechamento. O Sr. Renato Maluf (CERESAN/UFRRJ e ex-Presidente
621 do Consea) informou que o MDS começou um desenho de uma proposição de uma nova
622 cesta básica de alimentos pensando a partir das premissas da alimentação saudável de
623 forma regionalizada, e que essas proposições serão trazidas ao Consea para que essa
624 formulação avance. O Sr. Silvio Porto (Diretor de Política Agrícola e Informações da
625 Conab/MDA) enfatizou que o Brasil enfrenta vários dilemas e deseja avançar,
626 especialmente no que diz respeito ao direito à alimentação adequada e alimentos de
627 qualidade para todos. Para alcançar esse objetivo, disse que é fundamental reduzir a
628 desigualdade social e promover uma agroecologia efetiva. Argumentou que a efetivação da
629 agroecologia depende do fortalecimento do papel do Estado na implementação de políticas
630 de transição ecológica. Destacou que a rede de abastecimento popular de alimentos só
631 pode ser eficaz se cada participante entender o seu papel, e que isso inclui o papel do Estado
632 em cumprir determinadas funções, mas também reconhece que, devido a limitações, não
633 será possível viabilizar todas as políticas públicas necessárias. Nesse sentido, pontuou que
634 a sociedade civil também deve desempenhar um papel importante na construção dessa
635 rede de abastecimento. A Sra. Elisabetta Recine fez os informes sobre as reuniões das CPs
636 e finalizou a Plenária. **Ponto de Pauta: Sessão Plenária sobre o Plano Brasil Sem Fome.** No
637 dia seguinte, 14 de junho de 2023, a Sra. Elisabetta Recine, Presidenta do Consea, saudou a
638 todos e deu continuação à Plenária. **Ponto de Pauta: Devolutiva sobre a Recomendação nº**
639 **01/2023/CONSEA sobre o Plano Brasil Sem Fome.** Passou os informes importantes sobre
640 o andamento do evento e passou a palavra para a Secretária Extraordinária do Combate à
641 Fome do MDS, Sra. Valéria Burity, que resgatou como chegou à situação atual do Plano
642 Brasil Sem Fome e apresentou informações gerais sobre a primeira Recomendação do
643 Consea. Essa Recomendação inicial foi para o pacto, que na época era chamado de "Pacto
644 Contra a Fome" e agora é conhecido como "Brasil Sem Fome". Para chegar a esse ponto,
645 houve uma revisão dos documentos do Programa Fome Zero e Brasil Sem Miséria, bem

646 como a análise de documentos das Nações Unidas e a consulta a especialistas no combate
647 à fome. Posteriormente, foram realizadas várias reuniões bilaterais com os ministérios,
648 especialmente com a Caisan. Apontou que a primeira estrutura e proposta para o Plano de
649 combate à fome foram desenvolvidas a partir dessas consultas com os ministérios. Depois,
650 informou que houve uma reunião no Pleno Executivo da Caisan, seguida pela primeira
651 Plenária do Consea. Disse que hoje existe uma proposta com três eixos, onde o primeiro é
652 voltado à renda e proteção e produção social, um segundo eixo de alimentação adequada
653 e saudável da produção ao consumo e um terceiro eixo de mobilização e participação social.
654 Até o momento, apontou que o Governo mantém a perspectiva de que, apesar das
655 experiências anteriores no combate à fome e à pobreza, o país está enfrentando um novo
656 momento. Foi enfatizada a importância de combater a fome, reduzir as desigualdades,
657 garantir uma alimentação adequada e saudável, promover uma abordagem diferente na
658 produção de alimentos e lidar com a crise climática. Destacou que o Governo reconhece
659 que o atual momento representa uma séria crise ambiental e está levando essa questão em
660 consideração em suas políticas e ações. A Secretária traz então os próximos passos no
661 processo de implementação do "Brasil Sem Fome": após as discussões realizadas, as
662 informações serão sistematizadas e incorporadas à proposta do "Brasil Sem Fome". Colocou
663 que os ministérios irão revisar suas ações e estratégias, definindo o que será incluído no
664 programa. Disse que uma reunião prévia do Pleno ministerial da Caisan está agendada, na
665 qual a estrutura do "Brasil Sem Fome" será apresentada. Após essa etapa, comentou que o
666 programa será lançado oficialmente na segunda quinzena de julho. Em relação à primeira
667 Recomendação do Consea, falou que continha uma série de propostas relacionadas ao
668 Plano Brasil Sem Fome, apontando que o Plano tinha como objetivo reunir ações
669 emergenciais e estruturais no combate à fome e que as Recomendações que não pudessem
670 ser contempladas agora nesse momento, por uma questão orçamentária, seriam inseridas
671 no Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Plansan). Foi destacado que
672 medidas para prevenir conflitos de interesse seriam adotadas para mobilizar efetivamente
673 a sociedade em apoio ao Brasil Sem Fome, e que um grupo na Caisan foi instituído para
674 discutir conflitos de interesse e desenvolver instrumentos relacionados, o que orientará
675 todo o processo de mobilização do Brasil Sem Fome. Apontou que a segunda
676 Recomendação enfatizou a importância de considerar as particularidades dos diferentes
677 grupos sociais aos quais se destina o Plano Brasil Sem Fome. Disse que esse processo está
678 em andamento durante a mobilização dos ministérios, e que estão sendo identificados os
679 públicos mais afetados pela fome, como mulheres negras, pessoas em situação de
680 insegurança hídrica, trabalhadores informais, agricultores familiares, povos indígenas,
681 entre outros. Relatou que os ministérios estão sendo instados a incluir metas específicas
682 para atender a esses grupos. Além disso, apontou que a Recomendação inclui a
683 consideração das questões de raça, gênero, geração e identificação de povos e
684 comunidades tradicionais, não apenas nas ações do Plano, mas também no monitoramento
685 que está sendo desenvolvido com base nesses critérios. Disse que foi recomendado
686 também a abordagem de Economia popular e solidária, que contemplasse também
687 medidas necessárias para simplificar o fomento, o acesso de produtores familiares, a
688 assistência técnica e extensão rural, e as medidas para desburocratizar e facilitar o acesso

689 de produtos familiares às chamadas públicas. Pontuou que várias ações relacionadas ao
690 combate ao racismo estão previstas no Plano, embora a questão da violência de gênero
691 ainda não esteja completamente abordada. Afirmou que as estratégias e ações estão sendo
692 desenvolvidas em outros Planos de Governo e estratégias do Governo Federal. Disse que
693 algumas Recomendações do Consea ainda estão aguardando resposta de alguns
694 ministérios, como a inclusão do direito à alimentação no currículo escolar, que está em
695 discussão no Ministério da Educação. Segundo a Secretária, outras medidas, como a
696 expansão das escolas de tempo integral, estão sendo debatidas quanto à sua inclusão no
697 Plano Brasil Sem Fome ou em outro Plano. Apontou que a equipe está em diálogo com o
698 Ministério dos Povos Indígenas para entender o progresso na retomada da carteira
699 indígena, que foi outra Recomendação do Consea. No geral, disse que a maioria das
700 Recomendações do Conselho foi incorporada em grande medida no desenho e na proposta
701 do Plano Brasil Sem Fome. Comentou que a equipe está comprometida em fornecer
702 informações para monitorar a efetiva implementação dessas Recomendações na prática.

703 **Ponto de Pauta: Apresentação da proposta do Plano Brasil Sem Fome (Eixo 1).** A Sra. Kelly
704 Alves, Coordenadora-Geral de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde, iniciou a fala
705 esclarecendo um pouco da organização dos três eixos. Disse que cada eixo tem um objetivo
706 geral e que dentro dos eixos foram elencados os principais desafios. Para cada desafio, disse
707 que foram construídas estratégias prioritárias e as ações que vão colocar em prática essas
708 estratégias. Quanto ao eixo 1: Renda e Promoção Social, apontou que o objetivo geral desse
709 eixo é identificar a população em situação de insegurança alimentar e nutricional, e apoiar
710 o seu acesso às políticas públicas que proporcionam renda proteção e promoção social.
711 Comentou que o grande foco desse eixo é a interdependência dos direitos humanos, para
712 garantir o direito humano à alimentação adequada, é necessário garantir o acesso das
713 pessoas a outros direitos sociais. Então, disse que esse eixo foca em ações relacionadas aos
714 sistemas de proteção e promoção social. Pontuou que o primeiro grande desafio desse eixo
715 é o contingente de população em situação de fome, pobreza e outras vulnerabilidades sem
716 acesso aos serviços de sistema de proteção e promoção social. Apontou que a cobertura
717 desses sistemas ainda não consegue acolher todo esse contingente de população em
718 situações de vulnerabilidade. Então, afirmou que as duas grandes estratégias elencadas
719 para esse eixo foram criar e fortalecer mecanismos e processos de identificação,
720 mapeamento e territorialização dos grupos mais afetados pela fome e pela insegurança
721 alimentar e nutricional, e, a partir desse mapeamento, orientar a implementação, a
722 implantação e o fortalecimento dos equipamentos, programas e serviços de proteção e
723 promoção social para esses territórios mapeados. Disse que o público prioritário do Brasil
724 Sem Fome está inserido nos programas de acesso a alimentos, de transferência de renda e
725 de inclusão produtiva. Para ser possível colocar em prática essas estratégias, apontou que
726 as principais ações dizem respeito a como qualificar o Cadastro Único, como ampliar a
727 inclusão dessas pessoas desse público prioritário no Cadastro Único, identificar de forma
728 melhor os territórios e públicos prioritários do Brasil Sem Fome, criar uma plataforma
729 integrada de informações sociais com dados dos programas sociais agrupados e
730 compatibilizados. Disse que o segundo desafio nesse eixo é a questão do desemprego,
731 informalidade, inflação e dificuldade de acesso a benefícios previdenciários, que tem

732 reduzido a renda disponível da população mais pobre e o que compromete a segurança
733 alimentar dessas famílias. Apontou que a estratégia para superar esse desafio é construir
734 estratégias para garantir o acesso ao trabalho e a renda pela população mais pobre e as
735 principais ações políticas de valorização do salário mínimo e do novo Bolsa Família, a
736 capacitação dos beneficiários do programa Bolsa Família e a articulação para integração de
737 impostos de trabalho gerados pelos investimentos públicos, economia solidária e inclusão
738 produtiva, a inclusão previdenciária e a garantia do acesso ao benefício de prestação
739 continuada. Colocou que o desafio 3 está nos sistemas públicos fragilizados pelo sub-
740 financiamento e desarticulados no território. Então, disse que as estratégias para superar
741 esse desafio são promover a integração e articulação dos sistemas em âmbito territorial
742 (SUS, SUAS e o Sisan), no atendimento às demandas da população em insegurança
743 alimentar e nutricional, e expandir progressivamente a cobertura e a capacidade de
744 atendimento desses três sistemas públicos com disponibilidade orçamentária e critérios
745 definidos nas instâncias de pactuação desses três sistemas. E destacou que as ações
746 principais para atingir essas estratégias são a implementação de um protocolo integrado
747 entre os serviços do SUS, do SUAS e do Sisan, para fazer de forma mais ágil e efetiva e
748 identificação, o atendimento, o encaminhamento e o acompanhamento das situações de
749 insegurança alimentar e nutricional nos territórios. Entre as Recomendações do Consea,
750 frisou que uma delas envolve a ampliação da triagem do risco de insegurança alimentar e
751 nutricional no SUS, onde disse que essa ação está sendo desenvolvida em conjunto com a
752 gestão do SUAS e do Sisan. Apontou que a segunda ação é a retomada e o fortalecimento
753 do cofinanciamento federal para o SUAS, destacando que isso é considerado urgente para
754 ampliar a rede de centros de referência em assistência social e centros especializados em
755 assistência social. Disse que a terceira ação está relacionada à expansão da cobertura dos
756 serviços de atenção primária à saúde, sendo o nível de atenção mais disseminado no
757 território do SUS. Colocou que isso inclui investimentos federais para aumentar não apenas
758 o número de profissionais médicos, mas também equipes multiprofissionais, equipes para
759 populações vulneráveis, como as equipes de consultório na rua, equipes de saúde no
760 sistema prisional e financiamento adicional para equipes de saúde bucal. Informou que a
761 quarta ação aborda o redesenho do incentivo financeiro para as ações de alimentação e
762 nutrição no SUS; que esse incentivo financeiro existe desde 2006, mas atualmente é
763 repassado com base apenas no tamanho da população dos municípios. Ou seja, destacou
764 que o quarto desafio do eixo 1 é reduzir as desigualdades expressas na incidência mais
765 acentuada da fome e da insegurança alimentar e nutricional em determinados grupos e
766 territórios. Então, disse que as estratégias propostas para esse eixo de atuação é que toda
767 a construção dessa grande agenda de combate à fome tenha como foco a equidade de raça
768 e de gênero; deste modo, isso é uma questão que vai perpassar todas as ações que os
769 ministérios irão desenvolver, com a redução da sobrecarga de trabalho e de cuidado que
770 recai sobre as mulheres e com ações articuladas que as tenham como público prioritário.
771 Então, destacou, dentro dos públicos prioritários do Brasil Sem Fome a questão das
772 mulheres tem sido reforçada e também foi recomendada que fosse incluída entre as ações
773 do eixo 1. **Ponto de Pauta: Apresentação da proposta do Plano Brasil Sem Fome (Eixo 2).**
774 A Sra. Marina Lima, Secretária-Executiva Adjunta do MDA, trouxe informações sobre o Eixo

775 2, que trata da alimentação adequada e saudável. Discorreu sobre ter sido elaborado em
776 colaboração entre o MDA, MDS e o Ministério da Saúde, onde o MAPA também contribuiu
777 com algumas ações que ainda estão em processo de construção. Segundo a Sra. Marina
778 Lima, esse eixo visa assegurar que a população em situação de insegurança alimentar e
779 nutricional tenha acesso a uma alimentação adequada e saudável, promovendo a produção
780 sustentável de alimentos com base nos princípios do Guia Alimentar para a População
781 Brasileira. Dentro deste eixo, disse que foram identificados desafios, sendo o primeiro deles
782 o aumento da insegurança alimentar em populações urbanas, principalmente nas regiões
783 norte e nordeste, e em domicílios chefiados por mulheres e pessoas negras. Disse que os
784 dados provenientes da Vigisan mostram que a insegurança alimentar varia de acordo com
785 a localização, com o gênero e com a raça. Nesse contexto, destacou que uma estratégia foi
786 formulada para mitigar a insegurança alimentar, que envolve o fortalecimento, a expansão,
787 a qualificação e a organização da rede de equipamentos públicos de segurança alimentar e
788 nutricional, no âmbito do Sisan. Além disso, enfatizou que há ações relacionadas à
789 distribuição de alimentos, principalmente a cargo do MDS. A Sra. Lilian Rahal, Secretária
790 Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sesan) do MDS, abordou que, dentro do
791 primeiro desafio relacionado à insegurança alimentar, estão sendo estabelecidos novos
792 critérios para a execução da ação de distribuição de alimentos, que inclui parcerias com a
793 Defesa Civil, com a Funai e com o Ministério da Igualdade Racial. Segundo a Secretária, isso
794 se aplica a situações emergenciais de desnutrição e fome, tanto em razão da insegurança
795 alimentar permanente, principalmente entre povos indígenas e comunidades tradicionais,
796 quanto em situações de emergências climáticas e desastres naturais. Apontou que uma
797 regulamentação está sendo desenvolvida para permitir a doação de alimentos de acordo
798 com uma lei de 2003. Além disso, disse estar ocorrendo o credenciamento de cozinhas para
799 inclusão nas políticas de segurança alimentar, possibilitando que elas recebam alimentos
800 do PAA e da Rede Brasileira de Bancos de Alimentos. Assim, informou que uma articulação
801 está em andamento para integrar os equipamentos de segurança alimentar e nutricional,
802 bem como as cozinhas solidárias, aos circuitos curtos de produção da Agricultura Familiar
803 no ambiente urbano. A Sra. Lilian Rahal apontou que essa integração abrange os pontos 2,
804 3 e 4, com foco nas cozinhas solidárias no ponto 2, equipamentos públicos e sociais de
805 segurança alimentar e nutricional no ponto 3, e uma abordagem organizada para atender
806 diversas situações e vazios alimentares no ponto 4; sendo que o ponto 5 envolve a
807 destinação de áreas públicas nas cidades para a instalação de equipamentos públicos de
808 segurança alimentar, uma estratégia a ser articulada durante a implementação do Brasil
809 Sem Fome. A Sra. Marina Lima explicou que, no desafio 2 do eixo 2, o foco está na redução
810 da área plantada e na estagnação da produção de alimentos básicos, como arroz e feijão,
811 juntamente com o estímulo à produção de alimentos com uma abordagem de transição
812 agroecológica e a redução do uso de agrotóxicos. Acrescentou que as estratégias incluem a
813 retomada, qualificação e ampliação dos programas de apoio à agricultura familiar para
814 aumentar a produção sustentável de alimentos saudáveis e a disponibilidade interna desses
815 alimentos. Outra ação destacada dentro dessa estratégia envolve o PAA para fomentar a
816 agricultura familiar e aumentar a produção de alimentos. Disse que há uma tentativa de
817 ampliação das compras públicas por meio do PAA, seja por compras com doação simultânea

818 ou por compra institucional. Colocou que um acordo de cooperação está sendo costurado
819 com vários ministérios e está previsto o aumento do valor destinado ao PNAE, o que
820 resultará em mais recursos para a compra de alimentos da agricultura familiar. Com o
821 objetivo de ampliar a produção de alimentos e diversificá-los, com ênfase na transição
822 agroecológica, apontou que estão sendo planejadas ações de assistência técnica para
823 capacitar os profissionais que atuam nesse campo, com foco em agroecologia e produção
824 orgânica. Também disse que está previsto o aumento do benefício que visa a produção de
825 equipamentos, máquinas e implementos adaptados às necessidades da agricultura familiar.
826 A Sra. Marina Lima citou as estratégias estabelecidas para o enfrentamento do desafio que
827 trata das desigualdades no acesso, na oferta e no consumo dos alimentos saudáveis, a
828 existência dos desertos alimentares, a inflação de alimentos e a concentração de
829 insegurança alimentar nas periferias das grandes cidades. Apontou que existe também o
830 desafio que trata da garantia de acesso à terra e aos territórios e a convidada aproveitou
831 para trazer algumas ações da reforma agrária que serão lançadas. Outro desafio
832 demonstrado foi a coexistência de diferentes formas de má nutrição, incluindo desnutrição
833 e obesidade, em grupos vulneráveis, devido ao aumento da insegurança alimentar e
834 nutricional, bem como ao consumo de alimentos ultraprocessados em detrimento de uma
835 alimentação saudável. Como estratégia para abordar esse problema, disse que está prevista
836 a ampliação da divulgação de diretrizes para alimentação saudável, incorporando-as em
837 todas as dimensões das políticas de segurança alimentar e nutricional, incluindo a
838 alimentação escolar, a distribuição de cestas básicas, a oferta de alimentos nos
839 equipamentos públicos, a alimentação do trabalhador, entre outras iniciativas. Além disso,
840 apontou que a revisão da composição da cesta básica é considerada uma estratégia
841 intersetorial para prevenir a obesidade. **Ponto de Pauta: Apresentação da proposta do**
842 **Plano Brasil Sem Fome (Eixo 3).** O Sr. Flávio Schuch, Assessor Especial da Secretaria-Geral
843 da Presidência da República, pontuou que, a partir do objetivo geral, foram derivados dois
844 grandes desafios: fortalecer a participação social nas ações de enfrentamento à fome e
845 fortalecer a mobilização social e institucional. Pontuou que vários Conselhos estão sendo
846 retomados, buscando incorporar as políticas públicas e absorver a experiência da
847 sociedade. Assim, disse que foram propostas quatro estratégias para o enfrentamento dos
848 desafios: (i) reconhecer as iniciativas da sociedade de combate à fome; (ii) apoiar os
849 movimentos sociais, sindicais, redes e organizações que desenvolvem ações de combate à
850 fome; (iii) realizar uma comunicação em massa que seja capaz de mobilizar a sociedade; e,
851 (iv) realizar os processos de educação popular. Dessas estratégias, relatou que foram
852 derivadas ações como: Instalação da rede nacional de iniciativas para o enfrentamento à
853 fome; os chamamentos públicos para ações de capacitação e segurança alimentar
854 nutricional; e, a sugestão de um prêmio nacional de incentivo de iniciativas de combate à
855 fome. Disse que o eixo 2, que visa fortalecer a mobilização social, teve duas estratégias
856 sugeridas: fortalecer e consolidar as instâncias do Sisan para garantir resiliência e evitar
857 retrocessos. Segundo o Assessor, dessas estratégias derivam algumas ações sugeridas, a
858 saber: A reinstalação do Consea, a 6ª Conferência já está convocada, a Caisan já está
859 estruturada e funcionando com seus grupos de trabalho, o 3º Plansan, o planejamento
860 participativo e as conferências de outros setores discutindo o tema da fome. A Sra. Valéria

861 Burity (Secretária Extraordinária do Combate à Fome do Ministério do Desenvolvimento
862 Social) falou sobre o monitoramento da política de segurança alimentar e nutricional no
863 Brasil. Mencionou uma parceria com o IBGE para realização de uma pesquisa que forneceu
864 dados de 33 milhões de pessoas. Além disso, disse que pretendem expandir a análise do
865 Cadastro Único para identificar a insegurança alimentar em toda a população, não apenas
866 em crianças de 0 a 5 anos. Destacou que haverá um grupo composto por vários ministérios
867 responsável por acompanhar os programas e as ações relacionados ao Brasil Sem Fome.
868 Disse que o planejado é iniciar parcerias com outros poderes e entidades federativas após
869 a definição do Plano do Governo Federal. A Secretária mencionou que estão dialogando
870 com a Corregedoria Nacional de Justiça para direcionar recursos provenientes de multas
871 aplicadas em processos judiciais para ações de combate à fome e fortalecimento da
872 sociedade civil. Pontuou que esperam receber recomendações importantes durante a
873 discussão do terceiro eixo e estão empenhados em atender essas sugestões da mesma
874 forma como fizeram com as anteriores. Destacou a mobilização da Caisan para a
875 participação no Consea com a presença de vários ministérios e agradeceu a colaboração de
876 todos os envolvidos, especialmente à Secretaria Extraordinária de Combate à Fome pelo
877 esforço dedicado na construção do plano participativo. Com o fim das apresentações, o
878 debate foi aberto à Plenária. **Ponto de Pauta: Debate em Plenária.** A Sra. Júlia expressou
879 sua satisfação ao ouvir as informações apresentadas e parabeniza pelo conjunto de dados
880 compartilhados. Em seguida, levantou algumas questões pontuais. Primeiramente,
881 destacou a importância de ter dados atualizados para avaliar o impacto das políticas,
882 mencionando a necessidade de informações mais recentes do início do ano, especialmente
883 para analisar os efeitos do Bolsa Família e do PAA. Ressaltou a relevância do SISPA na área
884 da saúde e questionou se ainda está sendo utilizado. Além disso, questionou sobre as
885 instituições beneficiárias do PAA, mencionando a importância da mobilização social nesse
886 processo e a necessidade de avaliar as restrições impostas às entidades do CNAS. Por fim,
887 abordou o desafio enfrentado no mercado institucional em relação à compra de produtos
888 da Agricultura Familiar, sugerindo a necessidade de pensar em soluções para viabilizar o
889 abate e introdução da carne nesses mercados. A Sra. Nathalie (INESC) começou
890 expressando sua emoção por estar presente, lembrando sua longa história na área desde a
891 época do Consea em 1992. Elogiou o esforço em andamento e destacou a presença
892 significativa de mulheres na Mesa, valorizando a representação feminina. No entanto,
893 compartilhou duas preocupações. Em primeiro lugar, lamentou a falta de um anúncio
894 imediato de um programa emergencial de combate à fome, enfatizando a importância de
895 uma mobilização nacional urgente, especialmente diante da ausência de resposta sobre o
896 Bolsa Família até julho. Em segundo lugar, expressou sua inquietação sobre a relação entre
897 o Brasil Sem Fome e o Plansan. Questionou como o Governo planeja lidar com a
898 coexistência de duas estruturas paralelas, relembrando experiências anteriores com o Brasil
899 Sem Miséria e o Plansan, onde as energias foram dispersas em Planos diferentes devido à
900 escassez de recursos. Pediu esclarecimentos sobre como o Governo pretende resolver essa
901 situação ao convocar uma Conferência para estabelecer diretrizes e construir um novo
902 Plano. O Sr. Edgard Moura elogiou o esforço coletivo e mencionou a necessidade de avançar
903 em questões importantes, como hortas comunitárias e quintais produtivos, especialmente

904 para famílias negras, destacando a importância de acelerar o processo de transferência de
905 áreas de interesse social para a agricultura familiar. Também enfatizou a urgência na
906 questão da titulação de comunidades tradicionais, que costuma levar décadas, e pediu
907 intervenção do Governo para acelerar esse processo. Além disso, o Sr. Edgar destacou a
908 necessidade de maior interlocução com a Política nacional da população negra na área da
909 saúde e apelou por ações afirmativas para combater o racismo e a desigualdade. Propôs
910 que o prêmio nacional de combate à fome aborde questões de enfrentamento ao racismo,
911 desigualdade de gênero e LGBTQIA+. O Sr. Edgar também pediu por avanços nas cotas para
912 representação da população negra nos departamentos do Governo, lembrando a
913 importância de representar os cidadãos mais vulneráveis. Finalizou agradecendo e
914 reforçando a necessidade de ações concretas para combater o racismo e a desigualdade no
915 Governo. A Sra. Elisabetta Recine destacou a importância de articular a comunicação do
916 guia alimentar com processos de educação popular, reconhecendo que a comunicação
917 sozinha não é suficiente e precisa ser integrada com a educação. Ressaltou a necessidade
918 de explicitar nos diferentes eixos como as ações de mobilização e participação social estão
919 sendo incorporadas nas políticas públicas, especialmente nos sistemas de saúde e
920 assistência social, garantindo que a participação esteja presente na prática dos profissionais
921 que implementam as políticas. A Sra. Elisabetta Recine também enfatizou a importância de
922 articular o Brasil Sem Fome com outros Conselhos e explicitar as estratégias de participação
923 e controle social nos diferentes sistemas de políticas públicas. Destacou a necessidade de
924 sensibilizar os profissionais para incorporar o diálogo com as pessoas atendidas em suas
925 práticas e pediu que o papel do Consea como estrutura de controle social do Sisan seja
926 explicitado no processo de monitoramento do Brasil Sem Fome. O Sr. Írio Conti elogiou o
927 exercício democrático realizado e expressou apoio às informações apresentadas pela Sra.
928 Valéria Burity da Caisan. Sugeriu que relatos como esse sejam mais frequentes,
929 considerando-os democráticos e educativos para todos. O Sr. Írio Conti destacou a
930 importância da interdependência dos direitos humanos no Plano de Governo, propondo
931 que essa ideia seja incluída na introdução do Plano para uma compreensão mais
932 abrangente. Também sugeriu uma revisão na estratégia do segundo eixo, defendendo uma
933 abordagem mais ampla que englobe diversas formas de agricultura, não apenas a
934 Agricultura Familiar, para contemplar as diferentes questões relacionadas à agricultura de
935 subsistência e autossustento. No terceiro eixo, o Sr. Írio Conti destacou a necessidade de
936 fortalecer a relação com o Ministério Público e as Defensorias Públicas, especialmente no
937 contexto da mobilização social. Sugeriu uma maior articulação com essas entidades para
938 abordar questões legais e sociais de forma mais eficaz. A Sra. Kota Mulangi expressou sua
939 mistura de sentimentos ao observar os desafios enfrentados. Elogiou o trabalho realizado,
940 mas também compartilha a angústia diante da complexidade da realidade. Destacou a
941 necessidade de reconhecimento das diferenças e respeito às vozes das diversas
942 comunidades durante as Conferências, ao invés de apenas haver a mobilização e a
943 participação. A Conselheira mencionou a falta de destaque para a questão da fome na
944 Conferência Nacional de Saúde e propôs uma disputa por espaço e visibilidade para o tema
945 nesses eventos. Reivindicou o reconhecimento dos sistemas complementares ao SUS,
946 especialmente nas comunidades tradicionais, e enfatizou a importância de incluir as áreas

947 com trabalho análogo à escravidão no contexto da reforma agrária. Além disso, lamentou
948 a ausência do Ministério de Direitos Humanos no diálogo sobre direitos humanos e
949 alimentação, apontando a falta de envolvimento desse ministério no processo. Destacou a
950 necessidade de ações concretas para abordar essas preocupações e encerrou sua
951 intervenção agradecendo. A Sra. Jônia Rodrigues mencionou que foi interessante ouvir o
952 relato sobre como as Recomendações foram atendidas, mesmo as mais desafiadoras, como
953 aquelas relacionadas à reforma agrária e às questões territoriais. Destacou o Eixo 3, que
954 trata da participação e mobilização social, especificamente no que diz respeito à formação.
955 A sugestão apresentada foi que a formação seja realizada de forma colaborativa com a
956 sociedade civil, que possui expertise em educação popular, e que possa envolver a
957 participação das universidades. A ideia exposta é que a formação não seja exclusivamente
958 uma iniciativa do Governo, mas um processo participativo que fortaleça o envolvimento da
959 sociedade na formação. A Sra. Tatiana Fávaro compartilhou algumas sugestões e
960 preocupações. Destacou a importância de garantir que as cozinhas solidárias não se
961 transformem em equipamentos comerciais, enfatizando a necessidade de uma supervisão
962 rigorosa para evitar essa transformação. A Sra. Tatiana Fávaro também sugeriu um diálogo
963 com o Incra para fortalecer o Pronera, visando combater a insegurança alimentar por meio
964 da formação de camponeses em diversas áreas, como agroecologia, nutrição e economia,
965 para incentivar o retorno ao campo. Mencionou a dificuldade de traduzir as discussões e
966 ideias apresentadas em níveis estaduais, como em Alagoas, onde ela faz parte do Consea.
967 A Sra. Vanessa Schottz parabenizou o esforço de articulação e destacou a importância desse
968 diálogo intersetorial na construção do enfrentamento da fome. Mencionou a necessidade
969 de uma maior articulação entre o Brasil Sem Fome, o Plansan e o Plano Safra. A Sra. Vanessa
970 Schottz também ressaltou a importância de incorporar a proposta de permitir que a
971 PGPMBio faça aquisições de alimentos, especialmente alimentos da sociobiodiversidade.
972 Sugeriu uma maior explicitação no eixo 3 em relação à estrutura do Sisan e ao envolvimento
973 da participação social no monitoramento e execução de políticas públicas. Também
974 questionou se estão sendo consideradas estratégias de indução para estados e municípios
975 na adoção de programas e políticas públicas de combate à fome. Além disso, mencionou a
976 importância do fomento e do autoconsumo como estratégias cruciais para enfrentar a
977 fome, especialmente para grupos que não conseguem acessar o crédito. A Sra. Vanessa
978 Schottz questionou sobre a rede nacional proposta para o combate à fome e reforçou a
979 necessidade de ações estratégicas para reduzir o alto consumo de ultraprocessados como
980 parte da garantia da segurança alimentar e do enfrentamento da fome. A Presidenta do
981 Consea agradeceu a participação de todos e passou a palavra para que os convidados da
982 Mesa façam o fechamento. A Sra. Kelly Alves agradeceu pelos comentários e respondeu às
983 perguntas e preocupações levantadas. Confirmou que o Sisvan está incluído na ação que
984 aborda a qualificação do SUS para prevenção, diagnóstico e cuidado das múltiplas formas
985 de má nutrição. A Sra. Kelly Alves também mencionou a incorporação das sugestões do
986 Consea na versão atualizada do Plano e informou sobre a realização de Conferências Livres,
987 promovidas por entidades de nutrição, que destacaram a importância da articulação entre
988 o SUS e a segurança alimentar e nutricional. Compartilhou detalhes sobre Conferências
989 específicas em diferentes regiões do Brasil, onde o tema da fome e insegurança alimentar

990 foi discutido. A Sra. Kelly Alves propôs a organização de uma Conferência Livre de Saúde no
991 processo preparatório da Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional para promover
992 mais discussões e integração entre os dois sistemas, e agradeceu pela participação. A Sra.
993 Marina Lima respondeu aos comentários e perguntas dos participantes da Plenária. Sobre
994 a questão da viabilização da carne no mercado institucional, informou que o Ministério está
995 discutindo a inspeção sanitária em uma oficina interna, e convidou a Anvisa e o pessoal da
996 inspeção sanitária do MAPA para participar dessa discussão. Disse que planejam realizar
997 reuniões semelhantes com movimentos sociais para obter contribuições externas sobre o
998 assunto. Quanto à titulação de terras para a reforma agrária, a Sra. Marina Lima explicou
999 que é um problema estrutural e que eles estão tentando obter terras que estejam em
1000 conflito trabalhista ou outras formas de obtenção de terra para destinação à reforma
1001 agrária, devido à falta de recursos para aquisição de terras pelo Incra. Sobre a sugestão do
1002 Sr. Írio Conti sobre a palavra "agriculturas" em vez de "agricultura familiar", a Sra. Marina
1003 Lima concordou em usar uma linguagem mais ampla para abranger diferentes formas de
1004 agricultura. Também falou sobre o Plano Safra e o PGPMBio, mencionando que estão em
1005 articulação com o Fundo Amazônia e o BNDES para capacitar grupos no âmbito do MDS,
1006 visando à compra de produtos extrativistas regionais para escolas na região Amazônica. A
1007 Sra. Lilian Rahal abordou a questão da doação de alimentos do PAA para entidades
1008 beneficiárias. Destacou que estão trabalhando para ampliar o leque de entidades
1009 beneficiárias, incluindo as cozinhas solidárias e outras categorias de equipamentos sociais.
1010 Disse que a intenção é direcionar esses alimentos para quem está passando fome, mesmo
1011 que não esteja necessariamente vinculado à rede socioassistencial. A Sra. Lilian Rahal
1012 também mencionou a importância de manter o protagonismo da sociedade civil e garantir
1013 que as cozinhas solidárias não se transformem em equipamentos comerciais sem o devido
1014 cuidado. Enfatizou a preocupação em não atrapalhar o funcionamento dessas cozinhas e
1015 permitir que possam se desenvolver de acordo com suas necessidades. No que diz respeito
1016 à agricultura urbana, informou que estão discutindo ações conjuntas entre diversos órgãos
1017 governamentais para abordar a segurança alimentar no ambiente urbano de forma mais
1018 holística, incluindo ações relacionadas à compra subsidiada, doação e acesso a alimentos
1019 no ambiente urbano. Sugeriu a possibilidade de fundir os desafios 1 e 3 do eixo 2 para tornar
1020 a estratégia mais clara no plano. O Assessor da Secretaria-Geral da Presidência da República
1021 agradeceu a participação de todos e destacou a importância de criar espaços de
1022 participação social mais eficazes, reconhecendo os desafios enfrentados pelas pessoas que
1023 estão na ponta, que vivenciam a realidade em diferentes estados. Mencionou um seminário
1024 virtual que está acontecendo, promovido pela Secretaria de Participação Social da
1025 Secretaria-Geral, que visa discutir território, políticas públicas, participação social e
1026 organização popular. Informou que a ideia é construir um espaço que ajude as pessoas a
1027 não se sentirem isoladas quando voltam para casa após participar de eventos como esse. O
1028 Sr. Flávio enfatizou a importância de não excluir ninguém do processo de combate à fome
1029 e segurança alimentar, incluindo o Ministério Público, a Defensoria Pública, as empresas, a
1030 classe média e todos os interessados no tema. Ressaltou a necessidade de debater e
1031 disputar ideias, sem abrir mão das convicções, e abraçar todos os interessados no tema.
1032 Elogiou o trabalho realizado pela equipe da Sra. Valéria Burity e da Sra. Lilian Rahal no MDS,

1033 destacando que o Plano elaborado é um documento poderoso que resgata a história, as
1034 conquistas passadas e projeta um futuro promissor para o país. Expressou sua confiança no
1035 potencial do Plano e agradeceu à equipe pelo esforço e dedicação. A Sra. Valéria Burity
1036 agradeceu as intervenções e respondeu a várias questões levantadas. Sobre o Mapa da
1037 Insegurança Alimentar e Nutricional, a Sra. Valéria Burity explicou que foi possível retomar
1038 o Mapa InSAN, que cruza dados do Sisan com o CadÚnico, permitindo entender a situação
1039 nutricional de crianças de 0 a 5 anos acompanhadas pelo Bolsa Família. Apontou que a
1040 equipe está trabalhando em um mapa Indígena e outro que aborda a situação da população
1041 negra, abrangendo dados de 2017 a 2022. Sobre a relação entre Plansan e Brasil Sem Fome,
1042 a Sra. Valéria Burity mencionou que o Brasil Sem Fome será revisado anualmente e, após a
1043 revisão, ele será incorporado ao Plansan. Disse que a proposta é monitorar o Brasil Sem
1044 Fome durante a vigência do novo Plano Plurianual (PPA). Em relação ao Programa
1045 Emergencial, o Governo conseguiu entregar de forma emergencial o Programa Bolsa
1046 Família, o reajuste do PNAE, a retomada da assistência social com financiamento e outras
1047 ações, incluindo o PAA e cisternas. Sobre a participação de pessoas negras no Governo, a
1048 Sra. Valéria Burity destacou a importância de reconhecer as pessoas negras que já ocupam
1049 cargos no Governo, incluindo ministros, secretários e outras lideranças. Enfatizou que é
1050 crucial não apenas ter pessoas negras no poder, mas também garantir que suas vozes sejam
1051 ouvidas e suas ações sejam valorizadas, para evitar a invisibilidade de suas contribuições.
1052 Em relação à mobilização de outros poderes e fortalecimento do controle social, confirmou
1053 que a mobilização de outros poderes será incorporada no eixo 3 do Brasil Sem Fome,
1054 valorizando a importância dos Conselhos estaduais e municipais como estações de controle
1055 social. Expressou o compromisso de construir um sistema eficaz que tire o Brasil do mapa
1056 da fome de forma permanente e destacou a necessidade de debater esse tema com os
1057 participantes da Conferência. A Sra. Elisabetta Recine finalizou a manhã de plenária e
1058 agradeceu a participação dos membros da reunião destacando a importância das comissões
1059 se reunirem para aprofundar os temas do eixo 3 e discutir Recomendações. No dia 14, à
1060 tarde, a Sra. Elisabetta Recine propôs fazer uma contextualização e uma argumentação
1061 sobre as sistemáticas que estão previstas em cada um dos eixos, objetivando um
1062 documento sucinto, de caráter mais provocador da reflexão, de análise da realidade local a
1063 partir do tema que se colocou, para que no nível municipal, estadual e nacional a sociedade
1064 tendo contato com o tema tenha sentido no seu contexto e como aquilo pode se expressar;
1065 sendo um documento sem respostas, mas com perguntas assertivas, para que a sociedade
1066 possa refletir sobre o seu contexto, a sua realidade, suas possibilidades. Colocou que os
1067 subgrupos devem passar para o processo de detalhamentos, a partir de uma perspectiva de
1068 prioridade. A Sra. Marília Leão, Secretária-Executiva do Consea, iniciou a explicação
1069 comentando que fizeram a metodologia da 6ª CNSAN a partir da 4ª e da 5ª CNSAN, com
1070 aprimoramentos e levou em consideração a capacidade máxima do Centro de Convenções
1071 Ulisses Guimarães em Brasília, de 2 mil pessoas. Informou que as premissas para chegar ao
1072 número de vagas foram: 1. Garantir uma maioria de delegados da sociedade civil,
1073 garantindo a proporcionalidade de um terço para o Governo e dois terços para a sociedade
1074 civil; 2. Garantir diversidade e representatividade dos segmentos já estabelecidos no
1075 Consea Nacional, como os povos indígenas, população negra, quilombolas, povos e

1076 comunidades tradicionais, além da população LGBTQIA+, refugiados e imigrantes, pessoas
1077 com deficiências; também definiu que a delegação final aprovada em cada unidade
1078 federada deve ter paridade de gênero. Em relação ao número de convidados, foram
1079 incluídos os observadores, os convidados internacionais, locais e nacionais, reforçou que
1080 esse grupo de convidados não serão custeados. Serão 1742 delegados, divididos do âmbito
1081 federal: delegados da sociedade civil do Consea Nacional - 80 delegados somando os
1082 titulares e suplentes; 40 delegados representantes do Governo Federal - 20 titulares e 20
1083 suplentes; 74 delegados do governo escolhidos de acordo com critérios da Caisan; 148
1084 vagas para delegados das Conferências Livres; 1400 delegados escolhidos nos Estados. Para
1085 os cálculos, informou que foram utilizados quatro fatores de ponderação: 1. Definição de
1086 número mínimo fixo e igual de delegados para cada UF, sendo que uma dessas vagas é
1087 destinada aos presidentes estaduais, que são considerados delegados natos da conferência,
1088 assim como os conselheiros do Consea Nacional. 2. População total dos estados e do Distrito
1089 Federal. 3. População em situação de insegurança alimentar e nutricional. 4. Vagas
1090 distribuídas por cotas considerando esses segmentos apresentados anteriormente. A
1091 Secretária-Executiva apresentou imagens com essas representações, reforçou que 50% das
1092 vagas desta planilha são destinadas a partir de fatores de vulnerabilidade, seja por
1093 insegurança alimentar, seja por pertencer a algum segmento que está mais afetado pela
1094 questão da fome, pela questão de acesso, e de questões historicamente definidas. Informou
1095 que todos terão acesso a isso no caderno de orientações, de forma detalhada. A Sra.
1096 Elisabetta Recine, Presidenta do Consea, reforçou que essa distribuição foi aprovada na 2ª
1097 Plenária de 2023. Informou que alguns estados vêm demandando da Secretaria o
1098 documento que possibilite o início formal do processo de organização da Conferência por
1099 conta de busca de recursos, definição de orçamento, etc. A Presidenta do Consea informou
1100 sobre a questão da publicação do Decreto Presidencial de convocatória, onde o Presidente
1101 da República só pode assinar o decreto se tiver a origem do recurso que vai custear aquela
1102 atividade, porém ainda está em trâmite a negociação do orçamento, e dessa forma a
1103 assinatura não pode ser imediata. No entanto, o Consea Nacional tem legitimidade para
1104 fazer a publicação oficial da convocação da 6ª CNSAN, e a Presidenta afirma que é disso que
1105 precisam nesse momento, apreciar e aprovar para que esse documento seja
1106 disponibilizado. Assim, convocou a 6ª CNSAN para 11 a 14 de dezembro aqui em Brasília,
1107 afirmando que o Consea, em colaboração com a Caisan, coordenará para definição de
1108 parâmetros de composição, organização e funcionamento, por meio de regulamento
1109 próprio. Logo após, leu o Lema da 6ª CNSAN que foi aprovado, a saber: *“erradicar a fome e*
1110 *garantir direitos com comida de verdade, democracia e equidade”*. No artigo terceiro,
1111 colocou que a Conferência será precedida de estaduais, do Distrito Federal, de municipais,
1112 de regionais, de territoriais, de livres, de encontros temáticos e de atividades. Submeteu
1113 essa Resolução à aprovação do Plenário para poder continuar no processo de organização.
1114 A Sra. Telma demonstrou preocupação com a representação de pessoas em situação de
1115 rua. A Sra. Elisabetta Recine reforçou que, no caderno de orientações, o processo de
1116 convocação, de acesso, de chamada, de atração de grupos que sofrem o impacto da
1117 insegurança alimentar, que estão em situação de vulnerabilidade e que atuam na agenda
1118 está super destacado. Além disso, colocou que a 5ª CNSAN definiu um conjunto de sujeitos

1119 sociais que deveriam estar representados no Consea Nacional, pois nem todos esses grupos
1120 estavam de fato representados; e, portanto, houve a inclusão de LGBTs, de pessoas com
1121 deficiência e de refugiados, a partir das decisões da 5ª Conferência. Informou que
1122 certamente a população de rua está destacada no caderno de orientações, e é uma
1123 população prioritária e que precisam realmente trazer. Informou que todos os documentos
1124 da Conferência estão saindo com diagramação caseira, porque o Consea Nacional não tem
1125 uma equipe para fazer isso. Informou que estão conversando com a Secretaria de
1126 Comunicação para desenvolver a identidade visual da Conferência. Informou ter a
1127 expectativa de ter uma equipe mínima para trabalhar no Consea com diagramação, com
1128 comunicação, dessa forma esses documentos vão ser refeitos de uma maneira profissional.
1129 Informou que estados que fizeram Conferência do dia 2 de janeiro de 2019 ao dia 31 de
1130 maio de 2023 teriam a liberdade de definir se querem fazer uma nova Conferência,
1131 atualização temática, de análise de realidade, e também de eleição de delegados segundo
1132 esses critérios. Passou a palavra para as CP1, CP2, CP3, CP4, CP5, CP6, CP7 e CPCE. A Sra.
1133 Inês Rugani, Coordenadora da CP2, informou que o tema foi a Reforma Tributária. Tiveram
1134 a participação do Ministério da Fazenda, do Ministério da Saúde e do MDS. Disse que o foco
1135 da abordagem foi a questão da tributação sobre consumo e também disse que se falou
1136 muito rapidamente sobre tributação em relação a patrimônio e renda. Destacou que o que
1137 chamou atenção dessa CP foi a confluência de concepções dos ministérios que estavam
1138 representados, um alinhamento muito grande. Apontou que a notícia é de que a maioria
1139 dos municípios estão concordando e que existe um processo de costura bem estruturado
1140 em relação à Reforma Tributária. Outra questão importante destacada foi o imposto
1141 seletivo sobre alimentos não-saudáveis. Informou que a decisão é de que na PEC não
1142 fiquem listados os produtos, mas esteja definido que produtos que fazem mal à saúde e ao
1143 ambiente seriam tributados e uma lei complementar iria detalhar esses produtos. Então,
1144 colocou que as disputas vão continuar na sequência, mas disse que acredita que esse é o
1145 ponto principal. Também destacou a importância de garantir uma composição de cesta
1146 básica atualizada que tenha foco na alimentação adequada e saudável orientada pelo Guia
1147 Alimentar da População Brasileira, e que toda lógica de tributação seja inspirada nas
1148 diretrizes do guia alimentar. Portanto, disse que é esperado que alimentos saudáveis sejam
1149 mais baratos e alimentos não-saudáveis sejam mais caros. Pontuou que foi encaminhada
1150 uma Recomendação para aprovação da Plenária. Em relação ao Eixo 3, do Plano Brasil Sem
1151 Fome, informou que a Sra. Mariana vai fazer essa síntese. Informou que discutiram sobre
1152 conflito de interesse, destacou que o Consea já demonstrou querer aprofundar, mas optou
1153 por fazer uma discussão com um informe do GT de conflito de interesse da Caisan,
1154 coordenado pela Sra. Kelly Alves do Ministério da Saúde. Disse que esse GT foi instituído
1155 com base numa Recomendação do Consea e numa manifestação da Aliança pela
1156 Alimentação Adequada e Saudável, e que teve já uma primeira reunião e estão debruçados
1157 nesse momento em mapear como que os mecanismos legais que já existem sobre conflito
1158 de interesses estão sendo implementados na administração, na gestão das políticas
1159 públicas. Colocou que combinaram de definir processos de trabalho para que esse assunto
1160 seja aprofundado no âmbito do Consea, de maneira que possam, na Conferência, ter um
1161 acúmulo sobre essa discussão. Destacou que vão organizar oficinas no âmbito do Consea

1162 para tratar desse tema e que entende que terão várias camadas de abordagem sobre o
1163 assunto. Apontou que precisam discutir a adesão de organizações do setor privado e outras
1164 organizações ao Sisan, que é um tema central que traz essa questão de conflito de
1165 interesses, e, dentro dos Conselhos, como o funcionamento dos Conselhos pode ser
1166 protegido da questão do conflito de interesse. Disse que irão desdobrar esse assunto das
1167 oficinas no âmbito da Mesa Diretiva e definir um calendário do âmbito do Consea. Apontou
1168 que a Recomendação sobre Reforma Tributária foi lida e aprovada por aclamação, e que
1169 outra Recomendação discutida em conjunto com a CP3 foi sobre trigo transgênico. Disse
1170 que contou com a ajuda do Sr. Leonardo, Advogado do Idec, para elaborar, visto que tem
1171 muita experiência no assunto. Lembrou que é dirigida ao CTNBio e ao Conselho Nacional de
1172 Biossegurança. Recentemente, comentou que acompanharam a liberação da possibilidade
1173 de plantio e comercialização de trigo transgênico no Brasil. Disse que essa Recomendação
1174 tem o objetivo de fazer essa decisão de aprovação ser revogada, e o argumento é de que
1175 não só o princípio da precaução não foi examinado, mas uma série de etapas que são
1176 previstas, tecnicamente, não foram garantidas, como também a participação social não foi
1177 garantida nas etapas de tomada de decisão, demonstrando um procedimento inadequado.
1178 A Recomendação foi lida e aprovada por aclamação, com encaminhamento de também
1179 enviar ao MPF [posteriormente, publicada como Recomendação nº
1180 09/2023/CONSEA/SG/PR, de 03 de julho de 2023]. A Conselheira Mariana Santarelli iniciou
1181 a apresentação sobre as discussões na CP1. Disse que fizeram um debate sobre o Sisan em
1182 parceria com a CPCE objetivando entender quais são as agendas mais importantes para a
1183 estruturação do Sisan. Na relação com a Caisan, comentou que precisam entender quanto
1184 que conseguem, daqui até a Conferência Nacional, aprofundar essas temáticas. Comentou
1185 que conseguiram fazer esse debate de uma forma pactuada com a Secretaria-Executiva da
1186 própria Caisan. Disse que os diálogos foram feitos sobre o Sisan com os Conselhos estaduais
1187 e as Caisans, mas é uma agenda muito ampla; então, a ideia foi tentar entender o que é
1188 mais estratégico. Disse que definiram três temas estratégicos, aprofundando o debate
1189 sobre os mecanismos de financiamento e de centralização de recursos do Sisan, com a ideia
1190 de constituição de um fundo. Informou que esse é um debate muito antigo que se sabe que
1191 é fundamental para conseguir, de fato, fazer com que o Sisan se concretize nas esferas
1192 estaduais e municipais. Lembrou que tiveram experiências difíceis de convênios com as
1193 secretarias estaduais e com as universidades, informando que ficam reféns desses
1194 instrumentos que são pouco eficientes. Para o Sisan ter o *status* do SUS, destacou que é
1195 necessário ter mecanismos mais sólidos de financiamento. Outro tema tratado foi a
1196 regulamentação da adesão dos estados e municípios e das instituições privadas sem fins
1197 lucrativos, já previsto no decreto que institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e
1198 Nutricional, que ainda não foi regulamentado. Ressaltou que as Cozinhas Solidárias,
1199 entidades sem fins lucrativos, estão acontecendo, que não tem marco de entrada no Sisan
1200 e considera importante na regulamentação das instituições privadas com fins lucrativos,
1201 porém precisa antes avançar o debate sobre conflitos de interesse. Além de pontuar ser
1202 necessário ter definição dos critérios e atribuições das instâncias de pactuação, dos fóruns
1203 bipartites e tripartites. Citou que estão em conversa sobre o PPA participativo e sugeriu que
1204 as organizações e o Consea escrevam propostas de segurança alimentar e nutricional, em

1205 especial a criação de um fundo de SAN. Disse ser necessário iniciar no Consea o debate
1206 sobre o processo de reconhecimento e regulamentação da participação por meio da oferta
1207 de diversas iniciativas, serviços da sociedade civil organizada, engajada, com a garantia do
1208 direito humano da alimentação, e entender melhor qual é a tipificação desses serviços que
1209 já são ofertados hoje pela sociedade civil. Informou que circulou amplamente um
1210 mapeamento das cozinhas comunitárias, das cozinhas solidárias, e é preciso entender qual
1211 o perfil delas. Disse que precisa ter também uma construção crítica, que aprenda a partir
1212 da experiência dos outros sistemas, como o SUS. Em relação à discussão sobre o Brasil Sem
1213 Fome junto com a CP2, proposto para o eixo 3, apontou que verificou que a participação
1214 está enclausurada e deveria estar permeando todos os demais eixos, pois a participação
1215 social e a mobilização devem estar também atreladas à ponta. Destacou que fizeram uma
1216 reflexão também sobre a importância da estratégia de comunicação em relação ao próprio
1217 processo de comunicação e mobilização e questionaram se não seria possível pensar uma
1218 grande estratégia de comunicação que não fosse uma estratégia de promoção do Governo,
1219 mas uma estratégia que pudesse ser pensada desde a perspectiva do direito humano à
1220 alimentação. Assim, disse que comunicariam aos sujeitos de direito o que está sendo feito,
1221 sendo uma forma de assegurar os direitos, um direito que está estabelecido na Constituição
1222 Federal, não sendo uma política de Governo, mas de estado, perene, que está ligada à
1223 Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - levando ao conhecimento da
1224 população outros programas que normalmente não são associados a esse tema do combate
1225 à fome. Sobre o eixo internacional, disse que propuseram uma Coalizão pela Alimentação
1226 Escolar criada a partir da Cúpula dos Sistemas Alimentares, evento muito criticado pela
1227 sociedade civil, pela perspectiva de captura corporativa por favorecer essas iniciativas de
1228 multatores que colocam as corporações na centralidade, que desbalança o poder. Apontou
1229 que os países que estão à frente são a Finlândia, a França e há a possibilidade de o Brasil
1230 entrar. Pontuou que o Consea irá apresentar uma proposta de realização de um evento
1231 paralelo ao encontro do Conselho Mundial de Segurança Alimentar em outubro de 2023 e
1232 necessitam enviar a proposta até o dia 16/06/2023. Também disse que será realizada
1233 reunião do Conselho de Segurança Alimentar da CPLP em São Tomé e Príncipe em agosto
1234 de 2023 e, possivelmente, o Brasil vai apoiar a participação de um representante da
1235 sociedade civil de cada um dos 8 países, e irão ajudar a construir essa agenda. Segundo a
1236 Coordenadora da CP1, um dos temas que está na mesa é a divulgação e o aprendizado
1237 compartilhado sobre o Guia Alimentar da População Brasileira. A Sra. Mariana Santarelli
1238 falou sobre a proposta de criar um GT Internacional, com o objetivo de recolocar o Consea
1239 como interlocutor prioritário e principal do Governo para discussão de temas que se
1240 relacionem a uma agenda internacional de segurança alimentar e nutricional e que fosse
1241 um eco de prioridades nacionais no âmbito internacional, com prioridades nacionais
1242 definidas pelo Consea que possam ser levadas para fóruns e processos internacionais. O Sr.
1243 Gustavo, da CP3, apresentou as discussões da CP, e informou que foram discutidos
1244 problemas relacionados à terceirização, temas dos dias 13 e 14, respectivamente, o Plano
1245 Safra da Agricultura Familiar, a Política Nacional de Abastecimento e o eixo 3 do Plano Brasil
1246 Sem Fome. Disse que discutiram o problema da terceirização dos institutos e universidades
1247 federais, que falaram também sobre Reforma Agrária e a falta de um orçamento para tal, e

1248 o questionamento de como avançar a partir de 2024; sobre como as políticas públicas estão
1249 chegando à maioria das regiões e sublinharam o sucateamento das ferramentas dessas
1250 políticas, como ocorreu com as empresas de assistência técnica e extensão rural. Sobre as
1251 universidades e institutos federais, disse que estão sendo subutilizados quanto à
1252 potencialidade de viabilizar a comercialização de carne no mercado institucional assim
1253 como nos produtos processados de forma a agregar valor aos produtos e melhorar e
1254 atender aos mínimos de 30% exigido pela lei; viabilizar as estruturas municipais ou regionais
1255 públicas de abate, ações de combate ao desperdício, incluindo currículo nas escolas; nesse
1256 mesmo contexto utilizar a estrutura dos cursos dos institutos e de universidades para
1257 fomentar projetos com a capacitação nas escolas municipais, por exemplo. Sugeriu que é
1258 preciso gerar condições para acesso às políticas públicas por parte das comunidades mais
1259 distantes e isoladas; Recomendação para a criação de um comitê consultivo do PGPMBio;
1260 articulação entre o grupo gestor do PAA para tratar de alterações para a CAF 3.0. Sugeriu
1261 uma Recomendação ao STF sobre os agrotóxicos, informou que o Brasil tem uma política
1262 de isenção de 50 a 100% de ICMS para os agrotóxicos nos estados brasileiros e sugeriu uma
1263 Recomendação para que se elimine essa isenção de impostos para os agrotóxicos. A Sra.
1264 Elisabetta Recine informou que o Consea foi *amicus curiae* na seleção de quem define um
1265 conjunto de organizações que argumentam em torno da temática que está sendo analisada.
1266 Externou que esse é um tema que vem dentro do Supremo há muitos anos e que já se
1267 manifestaram algumas vezes. O Sr. Gustavo informou que desde que a redução de alíquota
1268 houve um aumento de 36% de uso agrotóxicos nos estabelecimentos com mais de 500
1269 hectares e nos de 50 a 500, por outro lado, da agricultura familiar, o aumento foi de 2,71%.
1270 Foi aprovado. O Sr. Gustavo propôs uma Recomendação sobre o Plano Safra, tentando fazer
1271 uma síntese das questões que surgiram no debate da CP. A Recomendação será feita pela
1272 Mesa Diretiva. O Sr. Samuel, do Movimento Nacional da População de Rua, relator da CP4,
1273 informou sobre a reunião da CP4, resgatando as temáticas elencadas como prioridade para
1274 atuação do direito humano à alimentação dentro do Consea Nacional, fez o relato das
1275 participações nos grupos de trabalho Brasil Sem Fome e Fórum Interconselhos. A Sra.
1276 Jaqueline, representante da CP4 no grupo o Brasil Sem Fome, relatou que houve forte
1277 participação dos conselheiros da sociedade civil organizada na construção do Brasil Sem
1278 Fome junto ao Governo. Disse que houve a construção de documentos do Plano, pactuação
1279 dos objetivos, sujeitos de direito, ementa, e metas de curto, médio, e longo prazo,
1280 campanhas de divulgação, e mobilização social. Foi mencionado o trabalho intenso do
1281 grupo de trabalho Brasil Sem Fome que terá apresentação em breve em Plenária do Consea
1282 Nacional. No entanto, apontou que o Governo mantém em sigilo os documentos que
1283 tramitam dentro desse grupo de trabalho. A Conselheira Jônia Rodrigues relatou que o
1284 Fórum Interconselhos basicamente se ocupou na discussão do PPA participativo e no
1285 incentivo para a mobilização da sociedade civil organizada sobre a importância dos temas
1286 estratégicos, para compor o orçamento do próximo PPA de 2024. Foi destacada a
1287 importância do Consea selecionar ações estratégicas. Colocou que o GT da Caisan sobre a
1288 agenda internacional de SAN será acompanhado pela Conselheira Jônia ou pela Sra. Marília
1289 Leão, e, no GT da Caisan sobre calamidade e situação de emergência, o Conselheiro Samuel.
1290 No GT da Caisan sobre SAN e ambientes urbanos, será o Companheiro Carlos Cavalcante. E,

1291 no GT da Caisan sobre compras públicas da agricultura familiar, o Sr. Carlos Eduardo. E, no
1292 da nutrição dos Yanomami, a Professora Daniela Frozi. Foi discutido o processo de trabalho
1293 da CP4 e levantou-se a necessidade de um número maior de reuniões preparatórias para as
1294 pautas das próximas Plenárias, e também para a construção de uma agenda. Foi levantado
1295 algumas experiências de vulnerabilidade dos conselheiros da CP4 para defender direitos
1296 humanos no Brasil. Foi realizado um diálogo sobre a necessidade de assegurar um ambiente
1297 de plena liberdade para as pessoas ativistas de direitos humanos no país. A Sra. Elisabetta
1298 Recine, Presidenta do Consea, recomendou que o Sr. Samuel fizesse uma síntese do
1299 conteúdo. O Sr. Samuel disse que isso surgiu por conta do que está acontecendo na CPI do
1300 MST, sendo apenas a ponta do iceberg, e que isso está acontecendo inclusive no nível dos
1301 estados. Foi pensado numa Recomendação que lidasse com essa questão da criminalização.
1302 Ponderou que a Recomendação teria 3 ou 4 considerandos, versaria sobre atuações,
1303 posicionamentos contrários à criminalização, para que o Ministério da Justiça e o de Direitos
1304 Humanos e Cidadania promovam ações articuladas de sensibilização para construção de um
1305 novo sistema de justiça e de Segurança Pública que inverta a lógica de um estado que
1306 protege a propriedade privada em detrimento das pessoas e suas lutas sociais, para a
1307 construção do bem comum em um estado de direito democrático participativo e plural.
1308 Recomendou ainda que o Ministério da Educação promova programas de educação em
1309 direitos humanos e cidadania nas escolas e nas comunidades com o objetivo de
1310 conscientizar a população sobre a importância dos movimentos sociais e do direito à
1311 manifestação pacífica. E, por fim, que os 3 poderes do estado realizem campanhas
1312 permanentes de combate à desinformação e às *fake news*, especialmente sobre os
1313 movimentos sociais, construindo uma comunicação efetiva para assegurar a democracia
1314 participativa e o profícuo diálogo com a sociedade, para informar o papel cidadão e
1315 constitucional desses movimentos sociais para defesa dos direitos fundamentais. No eixo
1316 3, disse que os principais pontos da discussão foram qual deverá ser o papel do Consea
1317 nacional, estadual e municipal na mobilização social para o fortalecimento do Brasil Sem
1318 Fome; elaboração de um guia popular; mobilização e sensibilização das próprias instituições
1319 que compõem o Consea; uma maior interação entre o Consea nacional e os estaduais e
1320 municipais; o que fortalece o Sisan e outros órgãos e instituições governamentais; uma
1321 escuta ativa dos Conselhos estaduais e municipais junto às pessoas com fome e ao público
1322 contemplado pelo Plano, formação e direitos humanos para os atores que irão operar o
1323 Plano Brasil Sem Fome; continuidade da produção de material pelo Consea nacional,
1324 ampliando as oportunidades e acessibilidades e inclusão social; criação de espaços de
1325 ouvidoria, resgate da diversidade e ampliação da participação dos movimentos sociais nos
1326 Conseas, povos ciganos, juventude, pessoas com deficiência; reconhecimento dos Conseas
1327 como mobilizador consultivo e necessário ao acompanhamento das políticas públicas
1328 existentes, mesmo que já exista outra instância de controle social; reconhecer os programas
1329 existentes nos municípios como parte das ações necessárias à segurança alimentar e
1330 nutricional e qualificar a política de participação dos atores sociais nas instâncias de
1331 controle social. Apontou que as sugestões para os desafios de estratégias do eixo foram
1332 feitas junto com a CP6. O Sr. Bira destacou que, se a questão dos juros permanecer nessa
1333 situação, o risco de os fascistas voltarem é grande, porque não vai ter dinheiro para nada.

1334 Colocou que está armando uma reunião, um ato, como foi em defesa da democracia, com
1335 todos os setores da sociedade para que se possa fazer a pressão com cantores, artistas,
1336 trabalhadores, entre outros, para que se possa chamar a atenção da sociedade, isolar o
1337 Roberto Campos e provocar uma mudança na presidência do Banco Central. O Sr. Bira
1338 também levantou que o papel das entidades que estão no Consea é de levar para dentro
1339 das suas entidades. Deu exemplo informando que levam para dentro os debates que estão
1340 acontecendo aqui porque isso tem uma capilaridade fora. A Sra. Elisabetta Recine,
1341 Presidenta do Consea, confirmou que está considerado na ementa do eixo 1, que é o eixo
1342 que trata dos determinantes estruturais, a questão dos juros. Não leu no dia da Plenária
1343 porque ela é enorme, porém está acatado. E informou que o que leu hoje é o que vai no
1344 documento; e que, no caderno de orientações, está detalhado. E destacou que isso que o
1345 Sr. Bira acabou de falar de levar para dentro das organizações a agenda do Consea coincide
1346 com o relato que a CP1 e CP2 fizeram. Informou que queria voltar à proposta da CP4 sobre
1347 a Recomendação a respeito da prevenção e de ações que controlem ou que previnam a
1348 criminalização dos defensores de direito. Contudo, foi informado que a CP4 também não
1349 tem ainda um texto final, mas gostaria de submeter o mérito e ver observações,
1350 comentários, e dúvidas a respeito do que colocaram de argumentos. A Sra. Elisabetta
1351 Recine colocou uma dúvida: a questão de programas de educação em direitos humanos e
1352 campanhas de combate à desinformação são complexas, mas elas estão dentro de um
1353 limite; e a questão de um novo sistema de justiça é uma discussão extremamente complexa
1354 de médio a longo prazo. Expôs que não sabe se poderiam indicar isso mais de uma maneira
1355 um pouco mais concreta e objetiva. A Sra. Jônia Rodrigues observou que não é a construção
1356 de um novo sistema de justiça, mas a sensibilização do sistema de justiça e segurança
1357 pública. A Sra. Andreia achou importante que essa Recomendação fosse entregue em mãos
1358 ao Secretário de Segurança Pública, Sr. Tadeu Alencar, e disse que acredita que ele tem
1359 bastante sensibilidade para promover esse debate, porque considera que quando vai só o
1360 documento às vezes chega, e seria apenas mais um documento a chegar lá, e acha que ele
1361 tem bastante habilidade para isso, tanto o Ministro da Justiça quanto o dos Direitos
1362 Humanos. O Sr. Edgar informou que a CP5 contou com um representante do Ministério da
1363 Mulher e um representante do Ministério da Pesca. Detalhou os encaminhamentos, a
1364 saber: Solicitação de uma reunião com a Ministra da Igualdade Racial, da Mulher e do MDA,
1365 para discutir essa transversalidade da população negra e o racismo, e também solicitação
1366 de um representante fixo desses ministérios junto à CP5. Também solicitou uma realização
1367 de um curso de capacitação sobre racismo institucional e as políticas de segurança
1368 alimentar e nutricional envolvendo os órgãos do Governo, o Consea e os operadores da
1369 política de SAN. Solicitou colocar a Conab por conta das dificuldades do acesso à política
1370 pública quando está presente o racismo institucional, colocar uma grande divulgação, com
1371 o apoio da Assessoria de Comunicação da Presidência, sobre a prioridade do Consea no
1372 combate ao racismo institucional. Propôs fazer uma conversa diretamente com o Ministério
1373 de Ciência e Tecnologia para a oferta de curso de extensão com o tema do racismo
1374 ambiental; porque considera que com a tecnologia é possível avançar no curso, é possível
1375 conseguir algumas bolsas para melhorar um pouco essa participação e a promoção das
1376 pessoas que estão diretamente envolvidas na Política de Soberania e Segurança Alimentar.

1377 Disse que falaram da 6ª CNSAN, do GT, dialogaram 4 propostas com duas pessoas do
1378 ministério que estavam lá referentes ao orçamento participativo do PPA nacional. Apontou
1379 que fizeram um debate muito rico e chegaram nos seguintes pontos: solicitar das instâncias
1380 municipais e estaduais o mapeamento dos territórios vulnerabilizados pelo fenômeno da
1381 fome e a descrição das características do que traz os aspectos de raça, gênero e renda;
1382 convocar para uma reunião extraordinária de Conseas estaduais e municipais, profissionais
1383 da saúde, da assistência social, para a apresentação dos dados de insegurança alimentar
1384 nos estados e municípios, com atenção especial para as crianças, mulheres, e,
1385 posteriormente, utilizar esses dados como indicadores para o monitoramento. Destacou
1386 que poderiam chamar a Secretaria de Saúde e outros órgãos do Governo municipal para
1387 discutir a questão de SAN, fazendo que os dados apareçam. Apontou que pode acontecer
1388 de não ter dados de nutrição para apresentar, de não ter dados do quesito de raça e cor,
1389 pode aparecer de não ter dados LGBT, mas que a ideia é que esse seja um espaço de
1390 concertação e de monitoramento e de controle social. Por fim, disse ser necessário colocar
1391 uma força-tarefa para averiguar se as composições das cestas estão respeitando os hábitos
1392 e culturas alimentares. Então, colocou que isso também seria o papel do controle social dos
1393 Conselhos estaduais e municipais dentro do foco do Plano contra a fome. Destacou que
1394 trouxeram o CadÚnico por saber que o acesso das políticas públicas passa pelo CadÚnico,
1395 então considera ser de extrema importância que o CadÚnico esteja atualizado, e que será
1396 também um papel do Conselho Municipal, Estadual, e Nacional estar cobrando,
1397 monitorando e que as atualizações aconteçam de verdade. O Sr. Dourado Tapeba informou
1398 que a CP6 se reuniu com a participação, da Conab, do MDS, da Sesai e do Ministério dos
1399 Povos Indígenas. Disse que, infelizmente, os representantes da Funai não compareceram.
1400 Pontuou que houve discussão sobre a cesta de alimentos, que ficaram muito preocupados
1401 com a deliberação da Funai de a cesta de alimentos abranger apenas 8 estados. Inclusive,
1402 disse o Sr. Dourado Tapeba, vários estados do Nordeste estão achando que têm cestas a
1403 receber. Apontou que a Funai não apareceu para dar explicações e o encaminhamento feito
1404 foi que o Consea faria um ofício solicitando resposta da Funai sobre a não inserção dos
1405 demais estados, principalmente da região Nordeste, Sul e Sudeste. Foi proposto também o
1406 encaminhamento sobre o PPA participativo, com vistas a acelerar o processo de
1407 demarcação e regularização fundiária de terras indígenas, e também a criação de projetos
1408 de fomento nos moldes da Carteira Indígena. Destacou que a Carteira Indígena foi um
1409 projeto que deu muito certo, sendo um programa que ainda hoje tem famílias usando. Citou
1410 um povoado do Ceará, denominado Poranga, onde fizeram um projeto de caprinocultura.
1411 Sobre a Recomendação do Marco Temporal, propôs reiterar a Recomendação. Também
1412 lamentou que a CP6 ainda está desfalcada por não haver a presença da Coiab nas últimas
1413 plenárias. Disse que precisam da participação da Coiab, solicitaram a participação de mais
1414 convidados, como a Embrapa que participava anteriormente e hoje não está mais
1415 participando. A Sra. Priscila complementou dizendo que teve uma participação importante
1416 também do MDS, da Conab, e da Sesai, mas faltou a Funai. Pontuou uma questão
1417 apresentada pelo MDS que é esse novo desenho que eles estão fazendo do PAA para
1418 comunidades tradicionais e indígenas, onde não será exigido mais o CAF ou a DAP.
1419 Discorreu sobre a compra com doação no território, com dispensa de inspeção sanitária

1420 para produtos de origem animal, e a entidade poder ser um grupo informal ou uma
1421 cooperativa. Destacou que a forma de relação com a entidade também vai ser simplificada.
1422 Ou seja, os povos tradicionais e os indígenas vão conseguir acessar muito mais. O Sr.
1423 Dourado Tapeba complementou dizendo que na CP4 colocaram também a questão de
1424 politizar os conselheiros municipais e estaduais para que haja uma participação mais
1425 ampliada nas articulações e mobilização entre os entes. A Sra. Mariana Santarelli informou
1426 que há duas semanas atrás houve a primeira reunião do grupo consultivo do comitê gestor
1427 do PNAE, onde ficaram sabendo que eles estão fazendo uma rodada pelo país tratando do
1428 tema da alimentação escolar indígena. Apontou que uma pessoa do MDS que falou dessas
1429 novidades, que entendem que pode ser também inspirações para mudanças no próprio
1430 PNAE. A Sra. Elisabetta Recine informou que, quando o Sr. Edgar destacou na CP5 a
1431 importância da participação do Ministério das Mulheres e da Igualdade Racial na CP, é
1432 preciso lembrar que o Consea tem duas representações já designadas do Ministério das
1433 Mulheres, a Sra. Carmem, que estava na Plenária pela de manhã, e a Sra. Roberta Eugênio,
1434 da Igualdade Racial. Então, disse que a Sra. Priscila, que está acompanhando a CP pela
1435 Secretaria-Executiva, entrará em contato com as duas representações oficiais desses
1436 ministérios para que possam ficar na CP, a fim de manter uma regularidade. A Sra. Kota
1437 Mulangi informou que a CP7 reuniu povos tradicionais de matriz africana e povo de terreiro,
1438 pescadores artesanais e extrativistas da Amazônia e representantes do Governo. Disse que
1439 estavam presentes o MDA, o MIR e o Ministério da Pesca. Informou que vai ter
1440 apresentação da justificativa da necessidade do encontro temático de povos e comunidades
1441 tradicionais. Informou que aprovaram duas Recomendações e debateram, em conjunto
1442 com a CP5, a questão do CAF e do Catrapovos. Destacou que uma questão importante da
1443 discussão de planejamento é de terem só 4 segmentos representados dos povos e
1444 comunidades tradicionais no Consea, em um conjunto de 22 comunidades e 4 povos, e
1445 discutiram sobre como fazer essa articulação. Um dos encaminhamentos apontados foi que
1446 o Conselho de Povos e Comunidades Tradicionais deve ser convidado de forma permanente
1447 dentro da CP7, para que possam levar as informações. Disse que discutiram com a CP5, CP3
1448 e CP7 e propuseram um encaminhamento sobre a estratificação por segmento no Plano
1449 Safra, considerando os 28 que existem. Apontou que o CadÚnico, o Plano Safra e todos os
1450 órgãos do Governo que vão atender PCTs têm que romper com o paradigma de só falar de
1451 indígenas e quilombolas, pois são 28 segmentos que estão colocados e que ficam invisíveis
1452 em todo o processo. Trouxe a aprovação de uma proposta estruturada com uma
1453 possibilidade de estar em conjunto dentro do enfrentamento à fome, que reconhece a
1454 possibilidade dos povos e comunidades tradicionais de produção e de um consumo que
1455 sempre foi invisibilizado, com o reconhecimento do bode como alimento nativo da
1456 sociobiodiversidade. Detalhou que debateram sobre qual é o conceito de mobilização
1457 social, que é uma forma de construir, na prática, um projeto ético proposto na Constituição
1458 brasileira, com soberania, cidadania, dignidade da pessoa humana, com valores do trabalho
1459 e da livre iniciativa, e pluralismo político, considerando a missão e função dos nossos
1460 Conselhos, garantindo a maior participação dos segmentos da população brasileira,
1461 considerando gênero, raça e faixa etária. Indicou que precisam de uma comunicação com a
1462 linguagem direta, eficaz e adequada à diversidade dos segmentos dos povos e comunidades

1463 tradicionais, pois apenas a internet não chega nos ribeirinhos, na Amazônia. A Sra.
1464 Elisabetta Recine apresentou a Sra. Maria Fernanda, Secretária-Executiva da Secretaria-
1465 Geral da Presidência da República, onde a Secretária-Executiva do Consea Nacional está
1466 localizada, demonstrando que ela é a interlocutora e a parceira para viabilizar as ações do
1467 Conselho, não só do ponto de vista administrativo, burocrático, financeiro, mas
1468 politicamente também. A Sra. Kota Mulangi complementou dizendo que a CP5 e a CP7
1469 definiram juntas que a pauta para a próxima reunião do Consea seja a questão do racismo
1470 institucional estrutural, a influência nas políticas de segurança alimentar nutricional e
1471 permanência do Brasil no mapa da fome. A Sra. Elisabetta Recine resumiu os
1472 encaminhamentos da seguinte forma: fazer um convite de convidado permanente para o
1473 Conselho de Povos e Comunidades Tradicionais para participar da comissão e também da
1474 Plenária, resolvendo em parte essa complexidade da diversidade dos povos e comunidades;
1475 disse que havia a proposta de duas Recomendações, mas após a análise da Secretaria
1476 verificaram poder ser unificada. Colocou que uma é que o bode seja incluído na lista de
1477 produtos da sociobiodiversidade e a outra é ter um grupo de trabalho no âmbito da Caisan.
1478 O Sr. Jean informou que a CPCE articulou com a CP1 um momento para pensar o
1479 fortalecimento do Sisan, retomando o processo de articulação para pensar o seu
1480 financiamento com as suas várias estratégias de articulação, Fundo etc. Colocou-se à
1481 disposição para construir junto com a CP1 também com a questão da regulamentação das
1482 iniciativas da sociedade civil dentro do Sistema, bem como os critérios para participação no
1483 Sisan; destacou também a questão das instâncias de pactuação e pensar sobre os
1484 parâmetros, as diretrizes de funcionamento e os critérios de funcionamento dessas
1485 instâncias. Para esse próximo período, colocou que pensam em conseguir fazer essa
1486 articulação com a Caisan. Com relação aos Conseas estaduais, disse que fizeram um
1487 levantamento de quantas conferências foram realizadas; percebeu-se que metade do país
1488 realizou conferências atendendo a convocação do Conselho Nacional, mas alguns
1489 realizaram entre 2019 e 2022, e o Maranhão realizou mais recentemente em 2023. Todos
1490 os Conseas estaduais estão no processo de realização das suas conferências; então, aqueles
1491 que já realizaram serão informados para a comissão organizadora, para haver o diálogo em
1492 relação às vagas dos delegados. Ressaltou-se que os estados que estão com o processo em
1493 andamento estão alinhados ao tema da Conferência, mas também estão adequados às suas
1494 realidades locais. Tratou-se na CPCE também sobre o PPA, realizando essa mobilização em
1495 torno das estratégias com relação à segurança alimentar e nutricional. Junto com a Mesa
1496 Diretiva, propôs-se estabelecer as estratégias de como vai proceder para marcar a questão
1497 do financiamento do Sisan, e como o Consea aprova e apoia essas propostas. Para não
1498 fragmentar as propostas, sugeriu-se trabalhar nas dimensões e propostas de SAN. Na
1499 tentativa de ter uma boa relação com as propostas do Consea e não as fragmentar, foi
1500 informado que a CPCE está trabalhando com as dimensões estabelecidas de segurança
1501 alimentar e nutricional. Com relação ao Plano Brasil Sem Fome, destacou a importância
1502 desse processo em construção, a importância desse instrumento, especialmente num
1503 momento em que não tem um Plano Nacional, trazendo também a questão do
1504 reconhecimento do processo dos Conseas estaduais nessa pactuação. O Sr. Jean disse ter
1505 receio que no processo de estruturação e dessa pactuação haja ausência do Consea

1506 estadual, necessitando estimular a participação dos Conseas estaduais nesse processo.
1507 Pontuou que deve ser um processo participativo, ativo e integrado. Apontou que a
1508 contribuição da CPCE para a questão desse Plano é o monitoramento, especialmente das
1509 discussões relacionadas ao Sisan. E destacou que estão propondo fazer esse processo de
1510 monitoramento. Arelado a isso, disse que apontaram alguns caminhos como
1511 desdobramentos da reunião da CPCE, que é manter o tema das conferências como uma
1512 pauta permanente, para que possam analisar os processos, aprendizados e os achados. E o
1513 outro ponto é a questão do Brasil Sem Fome, especialmente no tocante à adesão de todo o
1514 processo dos Conseas municipais, estimulando a mobilização social; encaminharam levar
1515 para pauta a discussão junto com a comissão de direitos fundamentais do Conselho
1516 Nacional do Ministério Público Federal, para estabelecer essas estratégias; também com a
1517 Defensoria Pública do Rio de Janeiro, do Paraná e de Pernambuco. Colocou que tiveram
1518 dificuldade com relação à vinda dos Conseas estaduais por conta das passagens. Disse
1519 compreender o contexto da contenção de recursos, mas acredita que precisam ver como
1520 fazer para conseguir potencializar a participação dos Conseas estaduais nesse momento de
1521 congregação no Consea Nacional. A Sra. Elisabetta Recine informou que, em relação a tudo
1522 que as CPs discutiram do eixo 3 do Brasil Sem Fome, a Secretaria está com essa memória e
1523 vão organizar isso no formato de uma Recomendação, que a Mesa Diretiva vai revisar e dar
1524 o sinal verde e será encaminhado para a Caisan ou para a Secretaria Extraordinária. Em
1525 relação à discussão do dia anterior relativa à Política Nacional de Abastecimento,
1526 compartilharão aquela apresentação de resgate que o Consea já acumulou de
1527 abastecimento, feita pelo Sr. Renato Maluf, e recomendou a leitura dessa contribuição
1528 junto com a síntese que o Sr. Guilherme Delgado fez e enviem sugestões para o Consea,
1529 para fazer um documento e enviar para a Conab e o MDA, a fim de entrar de uma maneira
1530 mais formal no processo de elaboração da Política Nacional e participar daqueles processos
1531 que o Sr. Silvio informou no dia anterior. Agradeceu a equipe do Consea e aos apoiadores.
1532 **Ponto de Pauta: Encerramento.** A Sra. Marília Leão, Secretária-Executiva do Consea,
1533 procedeu aos seguintes avisos: o primeiro, deixar o crachá em cima da mesa porque ele
1534 será reutilizado. O segundo aviso, para lembrarem de mandar os cartões de embarque por
1535 e-mail. E o terceiro aviso foi reforçando a questão da plataforma do PPA participativo.
1536 Destacou que o Consea tem representantes indicados para o Fórum Interconselhos, que
1537 também incide sobre o PPA, e a próxima reunião já está convocada para os dias 10 e 11.
1538 Como resultado das trabalhos dessa Sessão Plenária, 08 (oito) recomendações foram lidas,
1539 debatidas e aprovadas, a saber: Recomendação nº 5/2023/CONSEA/SG/PR – sobre a
1540 rejeição da tese do Marco Temporal, segundo a qual os povos indígenas têm direito de
1541 ocupar apenas as terras que ocupavam ou já disputavam em 5 de outubro de 1988, data de
1542 promulgação da Constituição; Recomendação nº 6/2023/CONSEA/SG/PR – sobre a garantia
1543 de tratamento fiscal diferenciado e favorável apenas para alimentos in natura,
1544 minimamente processados e alimentos processados selecionados, e a instituição de
1545 impostos seletivos sobre a produção e comercialização de produtos e serviços nocivos à
1546 saúde e ao meio ambiente como medida de correção das externalidades negativas geradas
1547 por esses produtos e serviços, considerando princípios e recomendações do Guia Alimentar
1548 para a População Brasileira; Recomendação nº 7/2023/CONSEA/SG/PR – sobre a promoção

1549 de ações junto aos órgãos competentes contra a criminalização dos movimentos sociais e
1550 das pessoas que defendem a regularização fundiária, a reforma agrária e os direitos
1551 humanos; Recomendação nº 8/2023/CONSEA/SG/PR – sobre a constituição de um Grupo
1552 de Trabalho para promover o debate sobre a produção e o acesso dos povos e comunidades
1553 tradicionais, populações de matriz africana/povos de terreiro ao bode, no sentido de
1554 garantir a estes povos o pleno exercício de seus direitos ancestrais e culturais e sobre a
1555 possibilidade da inclusão deste animal no âmbito do Política de Garantia de Preços Mínimos
1556 para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio); Recomendação nº
1557 9/2023/CONSEA/SG/PR – sobre a anulação das decisões da CTNBio de aprovação do plantio
1558 comercial e da importação da farinha do Trigo transgênico IND-ØØ412-7 ou HaHB4,
1559 adotadas no processo 01250.014650/2019-71; Recomendação nº 10/2023/CONSEA/SG/PR
1560 – sobre a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5553, declarando-se a
1561 inconstitucionalidade das cláusulas primeira, inciso I e II, e terceira, em relação a estes
1562 incisos referidos, do Convênio nº 100/1997, com efeitos ex nunc, e da fixação da alíquota
1563 zero aos agrotóxicos indicados na Tabela do IPI, anexa ao Decreto 8.950/2016, Decreto nº
1564 10.923/2021 e atualmente em vigor no Decreto nº 11.158/2022, por entender que esta
1565 posição é fundamental para a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (EC nº
1566 64/2010) da população brasileira; Recomendação nº 11/2023/CONSEA/SG/PR – sobre a
1567 incorporação das contribuições do Consea na implementação do Plano Safra da Agricultura
1568 Familiar 2023/2024 e elaboração de futuras edições; Recomendação nº
1569 12/2023/CONSEA/SG/PR – sobre a incorporação das contribuições do Consea na
1570 elaboração e implementação do Plano Brasil Sem Fome, em atenção especial ao Eixo 3 -
1571 Participação e Mobilização Social. Aprovou-se também a criação do Grupo de Trabalho do
1572 Consea sobre Agenda Internacional em Segurança Alimentar e Nutricional, assim como
1573 houve a aprovação da Resolução nº 03/2023/CONSEA – que convoca a 6ª CNSAN. Ratificou-
1574 se, ainda, o nome, a ementa e a coordenação da Comissão Permanente 6. Encerrada a 3ª
1575 Reunião Plenária Ordinária de 2023, eu, Marília Mendonça Leão, Secretária-Executiva do
1576 Consea, lavrei e assinei a presente ata.

Marília Mendonça Leão
Secretária-Executiva
Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Ata aprovada pelo Plenário do Consea de forma assíncrona, em 19 de julho de 2024.